



# Associação dos Médicos Católicos Portugueses

CONGRESSO NACIONAL

Presidente: Prof. Doutor José Rueff Tavares

## A FAMÍLIA NO CICLO DA VIDA

### Participantes:

Paulo Otero  
Pe. Carlos Azevedo  
Roque da Cunha Ferreira  
João César das Neves  
Fernando Ribeiro e Castro  
Fernando Maymone Martins  
Armando Porto  
António Sarmento  
Pedro Strecht  
Pe. José Pereira de Almeida  
Pe. Paulo Araújo  
Helena Presas  
Mons. Duarte da Cunha

- Família e Sociedade
- Família e Economia
- Família e Saúde
- Família e Deus

**30 de Novembro**  
e  
**1 de Dezembro** **2012**



**Auditório do Instituto de S. João de Deus**

Rua S. Tomás de Aquino, 20 | 1600-871 LISBOA  
www.amcp.com.sapo.pt | Tel. 222 073 610

## SUMÁRIO

<b>ABERTURA: Aspectos de uma Crise anunciada</b>   J. BOLÉO-TOMÉ .....	5
<b>Crise: resposta da Saúde Pública</b>   António TAVARES .....	7
<b>Crise actual – uma crise de valores: resposta do cristianismo</b>   Cassiano REIMÃO .....	29
<b>Crise: uma resposta com história – Casa de Santo António</b>   Maria FURTADO ...	42
<b>Crise, Vida Humana e Dignidade</b>   Iveraldo SANTOS .....	45
<b>Crise e economia na Europa</b>   Carmine TABARRO .....	50
 <b>TEMAS ACTUAIS</b>	
<b>Aborto: quem semeia ventos...</b>   Pedro Vaz PATTO .....	57
<b>Fundamentalismo ateu</b>   Ives Gandra MARTINS .....	60
<b>Liberdade e laicismo – a questão da cruz</b>   Joseph WEILER .....	63
<b>Prostituição: utopia ou ousadia?</b>   Pedro Vaz PATTO .....	72
 <b>NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS</b>	
1. O aborto provocado em gravidezes de risco .....	77
2. Direitos humanos e fundamentalismo.....	79
3. Cristianismo nas origens – novos dados .....	83
4. «Acção Médica» há 50 anos (Walter Osswald) .....	87
 <b>RESUMOS</b> .....	89

NOTA: Por decisão da Direcção da revista, os AA. não são obrigados a adoptar nos seus textos o novo Acordo Ortográfico

### CONDIÇÕES DE ASSINATURA

#### Pagamento adiantado

**Associados da A.M.C.P.:** desde que a quotização esteja regularizada recebem a revista sem mais qualquer encargo. Por ano .....

37.50 €

#### Não Associados:

##### Portugal

Um ano (4 números) .....

20,00 €

Avulso .....

5,00 €

##### Estrangeiro

Acrescem as despesas de envio

Estudantes .....

10,00 €



ACÇÃO MÉDICA  
ORGÃO E PROPRIEDADE  
DA A.M.C.P.

ANO LXXVI, Nº 3

SETEMBRO 2012

**Fundador**

*José de Paiva Boléo*

Director

*J. Paiva Boléo-Tomé*

(paivaboleotome@gmail.com)

Administradora

*Ana Sarmento*

(antoniosarmento55@sapo.pt)

Sub-Director

*Alexandre Laureano Santos*

(a.laureano@netcabo.pt)

**Redactores**

*Abel Sampaio Tavares*

*Laureano Santos*

*Luís Rosário*

*José Augusto Simões*

*Vitor M. Neto*

*José E. Pitta Grós Dias*

**Conselho Científico**

*Walter Osswald*

*Levi Guerra*

*Daniel Serrão*

*Henrique Vilaça Ramos*

*Jorge Biscaia*

*José Pinto Mendes*

*Lesseps L. dos Reys*

Número de Identificação: 501983589

ISSN – 0870 - 0311 – INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER

Depósito Legal n.º 28367/89 — Dep. D.G.C.S. n.º 106542

Administração: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef. 222073610

<http://amcp.com.sapo.pt>

Redacção: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef. 222073610

Execução Gráfica: T. Nunes, Lda - Rua Novo Horizonte, 313 – Frejufe – 4475-839 MAIA

Tiragem: 750 exemplares

**ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS  
CATÓLICOS PORTUGUESES**

Sede: Rua de Santa Catarina, 521 — 4000-452 Porto

**DIRECÇÃO NACIONAL**

*Presidente:* José Rueff Tavares

*Vice-Presidente:* João Paulo Malta

*Secretário:* Ana Félix

*Tesoureiro:* Ana Sarmento

*Vogais:* Margarida Neto

Aldina Brás

José Patena Forte

Rui Barreira

*Assistente:* Conégo Dr. José Manuel Santos Ferreira

*Secretária:* Maria de Fátima Costa (mfmléal@gmail.com)

**NÚCLEOS DIOCESANOS (PRESIDENTES)**

*Aveiro:* Jorge Rodrigues Pereira

*Braga:* Maria Emília Duarte Oliveira

*Coimbra:* Augusto Pinto

*Faro:* Santos Matos

*Guarda:* Víctor Santos

*Lisboa:* Sofia Reimão

*Porto:* Manuel Pestana Vasconcelos

*Viana do Castelo:* Avelino Gomes Amorim

*Viseu:* João Morgado



## ABERTURA

### ASPECTOS DE UMA CRISE ANUNCIADA

*1950: Cinco anos depois de terminada a loucura assassina e a vaga de destruição da II Guerra Mundial, as nações europeias continuavam a braços com a enorme devastação que a guerra causara, nas almas e nas coisas. É neste ambiente de uma reconstrução difícil que um homem decidiu apresentar à Europa e ao mundo o seu sonho de construir uma comunidade de povos e de nações, diferente dos habituais tratados que tantas vezes tinham sido rasgados.*

*Foi em 9 de Maio. Robert Schuman, Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, foi o sonhador deste caminho novo. Mas as feridas ainda não estavam saradas. Ele sabia-o; por isso, e para lá da ideia-sonho, propôs um primeiro passo para que os passos seguintes fossem mais seguros. A região do Ruhr e as indústrias de guerra, ligadas ao carvão e ao aço, havia séculos que eram o pomo da discórdia, que várias vezes conduziu a guerras sangrentas. O acordo comunitário proposto (Declaração Schuman) colocava toda a indústria pesada do carvão e do aço sob uma autoridade única – foi a CECA, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que iria nascer em 18 de Abril do ano seguinte. Seis países assinaram este primeiro acordo: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos. Apesar de estarem ainda demasiado marcados pela hecatombe da guerra, ou talvez por isso, o acordo funcionou plenamente, num clima de entendimento difícil de prever.*

*1957 – C E E: A experiência acumulada nos seis anos que se seguiram, permitiu ao grupo de nações signatárias da CECA, avançar para uma verdadeira comunidade económica, tal como Schuman a sonhara. Nasceu assim o Tratado de Roma e, com ele, a Comunidade Económica Europeia (CEE), apresentada como o passo fundamental para um entendimento mais completo, a Comunidade Europeia (CE) e, com ela, o Parlamento Europeu de que Schuman foi o primeiro presidente (1958 – 1960).*

*No final do mandato, Schuman foi aclamado pelos parlamentares como o «Pai da Europa» e o dia da Declaração Schuman (9 de Maio) passou a*

*ser o «Dia da Europa». Schuman faleceu em 1963, já quase convencido de que o seu sonho iria ser pervertido. Na verdade, o seu nome foi pouco a pouco substituído por outros, que imprimiram um destino diferente a esta Comunidade nascente. A Igreja Católica proclamou-o Servo de Deus e está em curso o processo de beatificação.*

*Os anos passaram e o trabalho de sapa, que vinha de trás, acentuou-se: veio Maastricht (1993), que transformou a “Comunidade” em “União” (UE em vez de CE), logo seguida por Schengen (1995 – livre circulação de pessoas e bens). O internacionalismo económico e ideológico, iria por em causa o sonho de Schuman e trazia para a realidade o sarcasmo de Orwell (em «1984» e em «Animal Farm»). Iniciou-se um novo caminho, que seria talvez sem nações, transformadas que seriam em “regiões”. Estariam assim criadas as condições para a Europa sonhada pela ambição de um Júlio César, ou de Carlos V, ou de Napoleão, ou mesmo a de Adolfo Hitler. Parte está feita: através de Diretivas e de Recomendações, os antigos países de independência quase perdida, passaram a ser governados ideologicamente e dominados economicamente.*

*O culto dos valores que fizeram grandes nações pequenas, foi substituído por um falso bem-estar, em que todos são ricos, gastando mais do que aquilo que poderiam. Relativismo moral, dependência económica completa, culto descarado dos direitos sem deveres, transformaram o mais belo sonho europeu no pesadelo da manipulação de governos e governados, sem força e sem alma, “democraticamente”.*

*Caminho sem retorno? Nos momentos mais difíceis é sempre possível descobrir capacidades que se pensava não existirem. É um trabalho de todos e de cada um: Compreender os erros cometidos, nossos e dos outros, e compreender o que se encontra por detrás de crises artificiais (económicas) e reais (de natureza moral). Aceitar a nossa parte de responsabilidade, mesmo só pelo silêncio ou aceitação passiva, e ter a coragem de modificar comportamentos. Recuperar os valores esquecidos ou abandonados para iniciar com firmeza um novo caminho. Não será a estrada larga e fácil que nos foi apresentada. Será duro e difícil, mas vai valer a pena.*

J. BOLÉO-TOMÉ

# RESPOSTA DA SAÚDE PÚBLICA À CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

António Tavares\*

## 1. INTRODUÇÃO

A crise económica em curso conduzirá inexoravelmente a um **processo de marginalização**, entendido este como **um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade**.

Isto é, na fase extrema deste processo, a situação de exclusão, além da pobreza, surgirão outras situações que, não sendo de pobreza, se caracterizarão por rupturas ao nível dos vínculos sociais.

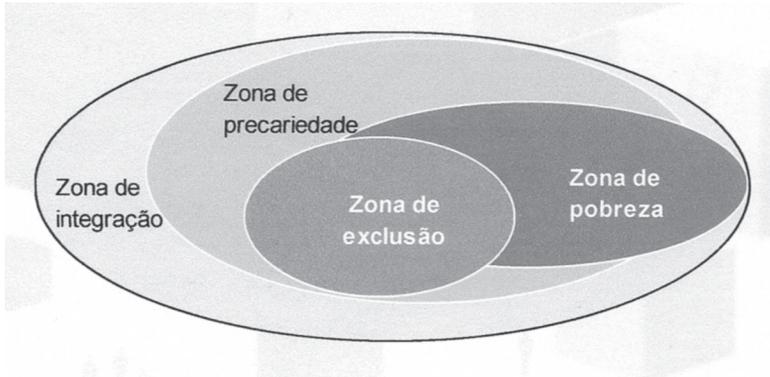
Portanto, **às dimensões distributivas da pobreza** serão agregadas inexoravelmente **as relacionais de exclusão**.

A situação de **pobreza** caracteriza-se:

- pelo papel dos indivíduos na actividade económica e na distribuição dos rendimentos, com a insuficiência dos recursos;
- pelo impedimento da participação no conjunto dos modos de vida reconhecidos socialmente como médios ou normais.

---

PhD, MD; Professor da Escola Nacional de Saúde Pública (Universidade Nova de Lisboa), Delegado de Saúde Regional de Lisboa e Vale do Tejo



A situação de *exclusão* caracterizar-se-á pela simultaneidade de três dimensões:

- uma acumulação de várias situações objectivas de privação (como, por exemplo, as relativas ao emprego, aos rendimentos, aos direitos), de relegação ou encerramento nos espaços sociais ou económicos “marcados” (como são os casos do alojamento, do ensino especial, do recurso às obras humanitárias);
- uma relação social simbólica negativa, quer ao nível objectivo, como é o caso de um bairro estigmatizado, quer ao nível subjectivo, como é o caso da própria auto-exclusão;
- uma ruptura dos vínculos sociais tradicionais (perda do estatuto de trabalhador, ruptura familiar) que desinsere e produz uma desclassificação social.

Um dos princípios que mais será posto em causa ao longo da crise é o da cidadania. Princípio muito vulnerável, cujo exercício pleno pressupõe a utilização de um conjunto de direitos. Podemos associar a cidadania ao acesso a cinco sistemas sociais básicos:

- o *social* – conjunto de redes sociais em que a pessoa está inserida, como factores de socialização e de integração social;
- o *económico* – refere-se aos mecanismos geradores de recursos;

- o *institucional* – relaciona-se com os vários sistemas prestadores de serviços: educativo, de saúde e de justiça;
- o *territorial* – refere-se aos espaços territoriais de exclusão (bairros degradados) e à questão das migrações;
- o das *referências simbólicas* – refere-se ao conjunto de perdas subjectivas que o “afectado” (excluído) sofre: perda da identidade social, auto-estima e sentido de pertença à sociedade.

Para uma melhor compreensão das “exclusões sociais” que se vão verificar a partir de agora, devido à crise económica em curso, é útil elaborar-se uma tipologia. Podemos fazê-lo em função das causas imediatas à situação, identificando cinco tipos:

- de tipo *económico*,
- de tipo *social*,
- de tipo *cultural*,
- de *origem patológica*,
- por *comportamentos auto-destrutivos*.

### **1 – De tipo económico**

É a pobreza como situação de privação por falta de recursos. Caracteriza-se por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, submundo de economia paralela. É o caso dos “Sem Abrigo”.

### **2 – De tipo social**

Situa-se no domínio dos vínculos sociais. É uma privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, associada à falta de auto-suficiência e autonomia pessoal. É o caso dos idosos, dos deficientes, dos doentes crónicos ou acamados.

### **3 – De tipo cultural**

Envolve factores de ordem cultural. O racismo e a xenofobia podem dar origem a situações de exclusão, como é o caso das minorias étnico-culturais. Um outro exemplo consiste na dificuldade de integração social de ex-reclusos.

### **4 – De origem patológica**

Um tipo de causas que pode estar subjacente a situações de exclusão diz respeito a factores patológicos, designadamente de natureza psicológica ou mental.

### **5 – Por comportamentos auto-destrutivos**

Exemplos: toxicodependência, alcoolismo, prostituição

## **2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO**

Actualmente, o número de pobres a nível mundial ascende a 1,2 biliões, dos quais 70% são mulheres.

Portugal contém uma dimensão significativa de pobreza: cerca de 2 milhões de portugueses são pobres.

Ao mesmo tempo que estamos aqui a fundamentar (cientificamente) e a aprofundar (politicamente) a consciência da pobreza enquanto fenómeno socialmente inaceitável... temos de ter a consciência de que se constatará a sua persistência como expressão de um fracasso – a pobreza diversificará as suas formas e a sua distribuição nos espaços e nas sociedades.

Daí que vamos falar aqui no futuro dos novos pobres... isto é, os que surgirão no seio de grupos anteriormente protegidos.

Perante as lógicas política e técnico-científicas actuais, percebemos que a pobreza e a exclusão social, no seu sentido mais lato, aumentarão.

Simultaneamente a esta situação, constataremos que se acolhe-

rão com grandiloquência as palavras relativas à pobreza que serão vulgarizadas pelos *media*, mas **ser-se-á menos acolhedor no que respeita às pessoas.**

Passar-se-á a lidar politicamente com a pobreza para **não ter de se conviver, social ou pessoalmente, com os pobres.**

**E o aumento desta situação vai cursar perante o despudor dos poderes instituídos e um certo *voyeurismo* das elites.**

Vejam os factos:

Portugal tem tido (na UE):

- *a maior taxa de pobreza;*
- *o menor rendimento mensal por adulto;*
- *a maior desigualdade de dispersão de rendimentos.*

Como são as assimetrias de distribuição dos rendimentos em Portugal?

- 10% dos agregados familiares portugueses com maiores rendimentos detêm 28% do rendimento total;
- 45% dos agregados familiares portugueses com menores rendimentos detêm 23% do rendimento total;
- o rendimento daqueles 10% é maior que o rendimento de metade dos agregados familiares.

Estas assimetrias também se verificam relativamente à distribuição geográfica. A taxa de desigualdade e pobreza tem um peso relativo superior nas zonas rurais do que nas urbanas:

- 53% da população rural é pobre;
- 33% da população das zonas semi-urbanas é pobre;
- 15% da população urbana é pobre. Contudo, a maioria dos pobres em Portugal reside nas zonas urbana (40%) e semi-urbana (32%). A maior parte dos pobres vive nas cidades, mas as zonas pobres estão na parte rural – êxodo rural para

as cidades. Na região metropolitana de Lisboa, um terço dos habitantes de bairros degradados são migrantes internos, havendo nesta zona uma maior concentração de problemas sociais graves e de intensidade de pobreza.

A **Pobreza** é uma situação de privação resultante de falta de recursos. A privação pode ser em diversos domínios das necessidades básicas:

alimentação,	saúde e cuidados de
vestuário,	saúde, educação,
habitação,	outras.

Verifica-se a existência de uma inter-relação entre umas e outras, como é o caso do baixo nível de saúde entre as pessoas pobres que vivem em habitações de baixo nível de salubridade.

Existe uma **HISTÓRIA NATURAL DA POBREZA: A seguir à sua instalação:**

- Há uma modificação dos hábitos, surgindo novos comportamentos:

- alteram-se os valores,
- transforma-se a cultura,
- ensaiam-se estratégias de sobrevivência.

- **Os estádios últimos desta história natural são:**

- O enfraquecimento da autoconfiança,
- A modificação da rede de relações e
- A perda de identidade pessoal e social.

**Pobreza** significa sempre dependência e vulnerabilidade. O pobre sofre de “handicaps”, cuja gravidade aumenta com:

- a *intensidade* e
- o *tempo de permanência* na pobreza, podendo chegar a afectar

a sua própria personalidade. Trata-se de uma “desvantagem” no domínio das condições de vida. Esta desvantagem “cola” o pobre à pobreza, tornando cada vez mais difícil a saída da situação.

A compreensão que se tem do fenómeno da pobreza faz deslocar o centro da nossa atenção dos indivíduos pobres para a pobreza, enquanto fenómeno social.

Um problema social é, por definição, um problema cujas causas se encontram na sociedade e, portanto, cuja solução requer mudanças sociais.

**Ser pobre não é um *modo de vida*...  
... é antes um *modo de morte*.**

A tarefa de recolha da informação ao longo da crise não vai ser fácil (Lei de Finagle),

### **LEI DE FINAGLE**

“Os dados que se desejam não correspondem aos que nos dão;  
Os dados que pedimos não correspondem aos que necessitamos;

Os dados que necessitamos são impossíveis de obter.”

A tarefa de recolha da informação ao longo da crise não vai ser fácil (Lei de Finagle), mas isso não pode ser impeditivo da realização dos diagnósticos da situação que terão de ser feitos. Mas os números que se obtiverem, por si sós, não podem induzir conclusões que não contenham uma análise de tipo qualitativo por parte dos profissionais oriundos de diversas áreas do conhecimento. Porque, com essa atitude:

- descurar-se-iam vertentes importantes do fenómeno da pobreza que se irá instalar e
- numa perspectiva epidemiológica, descurar-se-iam as várias tonalidades que ela vai apresentar no tecido social, quer ao

longo do tempo, quer na sua distribuição geográfica, quer na forma como se impregnará nas diversas características individuais – sexo, idade, nível socioeconómico...

Vamos assistir à produção de variações qualitativas na representação material e simbólica da pobreza.

**Mas será na reprodução de novas formas de pobreza que se consolidará a cronicidade do problema.**

Será um problema recorrente...

Será um problema que estará sempre presente no seio da pleitora de utentes que irá acorrer aos Serviços de Saúde...

### 3. A SAÚDE DOS PORTUGUESES POBRES

A saúde constitui um “stock de capital” idêntico a outras formas de capital humano, como é o caso da educação.

À nascença, todo o indivíduo tem um determinado “stock” de saúde, que é determinado por factores relacionados com o seu património genético e com o ambiente endócrino, fisiológico e mesmo social da gravidez.

A acção dos Serviços de Saúde, através de actividades como o seguimento da mãe durante a gravidez e a actuação no parto, pode constituir factor determinante do “stock” de saúde à nascença.

Ao longo da vida de um indivíduo, devido ao processo normal de envelhecimento e à incidência de doenças, evitáveis ou não, que podem surgir em diversas alturas da sua existência, esse “stock” vai diminuindo.

Contudo, esse “stock” pode ir sendo preservado, através de “investimentos” em actividades ligadas à promoção da saúde – como a prática regular de exercício físico adequado ou uma alimentação racional – e à prevenção da doença – como o cumprimento do programa nacional de vacinação.

Nesta perspectiva, o “stock” de saúde pode também ir sendo fortemente diminuído com “gastos” adicionais no seu consumo, designadamente através de hábitos, estilos de vida e comportamentos não saudáveis – como o tabagismo ou o sedentarismo exagerados – ou através da existência de condições adversas – como a vivência num ambiente ou habitat degradados, a submissão a condições de trabalho inapropriadas, o desemprego.

O desemprego, por exemplo, conduz a uma diminuição acentuada do “stock” de saúde, na medida em que condiciona a existência de uma falta de capacidade de aquisição de substâncias que satisfaçam necessidades básicas, como é o caso da alimentação. O indivíduo mal nutrido está a afectar negativamente o seu “stock” de saúde.

O desemprego também determina uma diminuição da auto-estima do indivíduo, com conseqüente afectação da sua saúde mental e a deterioração das suas redes relacionais com os outros indivíduos (colegas e sociedade em geral).

E estes são factores que influenciam também negativamente o “stock” de saúde.

Com este modelo de “saúde enquanto stock de capital”, explicam-se facilmente as desigualdades em saúde existentes entre grupos populacionais específicos.

Podem ser analisadas quatro vertentes desta problemática:

**1<sup>a</sup>** – na ocasião do nascimento, é menor o “stock” de saúde das crianças nascidas no seio de grupos sociais mais desfavorecidos, ou de pais em situação de exclusão, ou em regiões mais hostis – por exemplo, a má nutrição de uma grávida ou um pai toxicodependente ou a existência de factores ambientais adversos.

**2<sup>a</sup>** – os indivíduos em situação de maior desfavorecimento fazem, eles próprios, mais baixos “investimentos” na sua saúde:

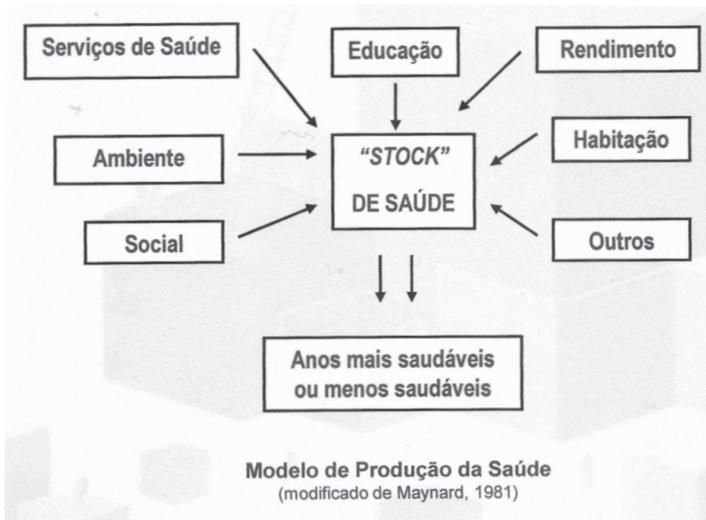
- Porque a acessibilidade à utilização dos serviços de saúde está dificultada pelo seu custo,

- Porque não tiveram acesso a conhecimentos,
- Porque não têm capacidade económica para desenvolver actividades promotoras de saúde – por exemplo, uma vigilância pré-natal adequada, ou uma alimentação equilibrada.

3ª – os indivíduos mais desfavorecidos vêm-se na contingência de ter de utilizar o seu “stock” de saúde mais aceleradamente, dado que esse é o único instrumento de que dispõem, na ausência de reservas económicas, para obter os bens que satisfaçam as suas necessidades básicas.

4ª – há algumas situações de exclusão social, muito específicas, em que os indivíduos delapidam permanentemente, de forma auto-destrutiva, o seu “stock” de saúde, como é o caso dos toxicodependentes ou dos alcoólicos.

Numa perspectiva sistémica, ao longo da vida, diversos são os “inputs” que podem afectar o “stock” de saúde.



Nesta perspectiva, os “outputs” do sistema serão os anos mais saudáveis ou menos saudáveis vividos pelo indivíduo... em função da interacção entre a qualidade e natureza dos “inputs” por ele recebidos e a sua própria capacidade de resposta a esses mesmos “inputs”.

Portanto, a preservação/melhoria do “stock” de saúde ou a sua deterioração dependem de múltiplos factores (“inputs”), entre os quais os Serviços de Saúde são somente um, entre muitos.

Os factores culturais, económicos, sociais, etc., determinam também importantes alterações no valor desse “stock”.

**Assim, poderemos afirmar que:**

**Os indivíduos inseridos na categoria de “afectados pela crise” (em situação de exclusão social) vão ter um “stock” de saúde consideravelmente diminuído...**

**Serão, portanto, susceptíveis de apresentar níveis de saúde abaixo do limiar tido como admissível pela “Comunidade de profissionais de Saúde em geral e da Saúde Pública em particular”.**

Esta abordagem que podemos fazer,

- quer sobre diversos grupos sociais (Desempregados, Sem Abrigo, Crianças da Rua, etc.)...
- quer sobre os factores que na Família, nos Serviços de Saúde, no Ambiente e na Escola podem ser geradores de espaços de exclusão...
- englobará aspectos das três zonas consideradas no modelo descrito.

Em cada um deles haverá situações de precariedade, noutros de pobreza e noutros ainda de autêntica exclusão social.

A forma como um indivíduo ou um grupo se movimentará de um círculo para outro no modelo será determinada pela:

- Intensidade com que uma determinada situação afecta um indivíduo ou um grupo,
- Forma como este reage a factores adversos,
- Mecanismos protectores ou potenciadores existentes. O “stock” de saúde de cada indivíduo vai ser tanto mais baixo quanto mais excluído ele estiver na sociedade.

Sabemos que as despesas feitas pelo Estado no Sector da Saúde têm registado um forte aumento ao longo das últimas décadas. Podemos resumir a cinco os principais factores que têm contribuído para tal:

- a maior oferta de cuidados;
- os progressos técnicos e o elevado custo da nova tecnologia;
- o aumento da esperança de vida;
- a melhoria da protecção social;
- o aumento da procura de cuidados. Contudo, nem todos têm beneficiado igualmente do sistema de cuidados de saúde, particularmente as populações mais desfavorecidas.

#### **4. O ESTADO DE SAÚDE DOS “AFECTADOS”**

As populações em situação de precariedade ou de pobreza terão uma maior frequência de certas doenças que as outras categorias sociais:

- maior exposição às doenças profissionais e acidentes de trabalho, aos traumatismos ósseos, assim como risco de invalidez;
- maior peso das afecções respiratórias;
- maior peso das afecções cutâneas;
- maior frequência dos problemas psicológicos ou nervosos;

- maior frequência das doenças cardio-vasculares (desempregados);
- mais problemas dentários e oculares;
- sobreexposição aumentada ao alcoolismo, toxicomania e SIDA, predominantemente nos jovens.

A maior incidência destas afecções entre os “afectados” (excluídos) relativamente à restante população está correlacionada com:

- as suas condições de habitat e de vida;
- a sua relação com o trabalho e o desemprego;
- factores culturais.

As condições da habitação são determinantes para o estado de saúde dos habitantes, nomeadamente no que respeita às afecções pulmonares.

- Os riscos para a saúde variam de maneira significativa segundo o tipo de alojamento e o seu grau de insalubridade.
- 65 a 75% da população residente nas construções em duro e mesmo em pré-fabricados tem saúde excelente, ao passo que nos edifícios velhos, húmidos e de difícil aquecimento, tal só se verifica em 28%.

A manutenção de uma elevada incidência de tuberculose em Portugal testemunhará a manutenção da degradação das condições de existência dos mais pobres:

- desconforto ou ausência de alojamento estável,
- má alimentação
- higiene deficiente,
- promiscuidade,
- falta de recursos para se tratar ou prevenir a doença,
- medo de ser referenciado como estrangeiro em situação irregular.

Doenças cutâneas como a tinha, o impétigo e a escabiose estarão associadas a deficientes condições de higiene. A malnutrição poderá determinar problemas dentários e oculares graves, o que explicará a elevada prevalência de patologias destes dois sistemas entre as pessoas mais desfavorecidas.

As afecções de saúde estarão em relação directa com a situação de trabalho ou de não-trabalho (desemprego).

Os riscos de exclusão pela saúde serão mais importantes entre os trabalhadores de categorias sócio-profissionais que estarão a exercer a sua actividade nos ramos onde as taxas de acidentes são mais elevadas:

- indústria metalúrgica,
- construção civil,
- manutenção e
- transportes.

É nesses sectores que a gravidade será mais acentuada, nomeadamente em acidentes mortais. Operários, trabalhadores manuais e serventes de pedreiro serão os mais afectados.

Sabemos que a frequência dos acidentes de trabalho tem diminuído e as condições de trabalho têm melhorado.

Mas a nova divisão do trabalho entre trabalhadores estáveis e trabalhadores precários fará progressivamente suportar por estes últimos o essencial dos riscos ligados ao emprego, até agora assumidos fundamentalmente pelos trabalhadores imigrados.

No campo da saúde, o processo de precarização do trabalho estará bem no centro deste processo que as pessoas sofrerão. A precarização do emprego, a sua perda e a instalação no desemprego engendrarão novas patologias, afectando a saúde física e mental, bem como os comportamentos.

### **Existe uma forte correlação entre a perda do emprego e a degradação do estado de saúde.**

Os desempregados têm mais frequentemente:

- afecções cardio-vasculares (19% contra 15% entre os activos),
- problemas do sistema nervoso (17% contra 13%),
- problemas mentais ou do sono (16% contra 10%). A toma de medicamentos psicotrópicos é duas vezes mais elevada entre os desempregados. A esquizofrenia e os problemas ligados ao álcool são mais frequentes entre os homens desempregados, As depressões são mais frequentes entre as mulheres desempregadas.

A taxa de morbilidade será, assim, mais elevada entre os desempregados, dependendo sempre também de outros factores como:

- o meio social,
- o nível de formação,
- a história pessoal e
- o contexto familiar. Os riscos são maiores entre os indivíduos que vivem sós (celibatários, divorciados): mais de 30% dos doentes do sector psiquiátrico estão nesta situação.

A perda do emprego perturba as referências do indivíduo na sua vida quotidiana e os seus ritmos espaço-temporais, afectando-o no seu estatuto e identidade, na segurança pela incerteza de recursos e nas suas redes relacionais. Os sintomas que expressam essa desestabilização mental e física exprimem-se:

- em primeiro lugar, sob uma forma de resistência, contestação agressiva do acontecimento, recusa da imagem do desempregado,

- depois por uma despersonalização progressiva, até que o corpo fraqueja e surge a somatização. **Contudo, será o desgaste psicológico, provocado pela duração no desemprego, que vai aparecer como o factor determinante.**

A ausência da procura de cuidados será uma característica das populações em situação de pobreza:

- por inércia,
- por falta de recursos,
- por auto-medicação,
- por medo de ser mal recebido nas instituições de saúde. **Essa ausência de procura estará ligada a uma ausência de cultura de saúde, (que já existe...)**

Na sistematização de uma tipologia dos “afectados”, (pessoas em situações de exclusão social), o principal critério para a classificação atrás referida é o das causas imediatas da situação...o que dá logo a indicação sobre o tipo de soluções necessárias. Foram referidos 5 tipos de exclusão que vão ocorrer:

- de tipo económico (ex. “sem abrigo” e desempregados),
- social (ex. idosos e deficientes),
- cultural (ex., minorias étnicas e a dificuldade de integração social de ex-reclusos),
- de origem patológica (ex. institucionalizados por doença psiquiátrica),
- por comportamentos auto-destrutivos (ex. alcoolismo, toxicodependência e prostituição).

Muitos destes tipos de exclusão aparecerão, na prática, com sobreposições, além de que um tipo de exclusão poderá ser causa ou consequência de outra.

Uma situação pertencente a um determinado tipo, poderá integrar-se noutro.

Poderão citar-se como grupos particulares de “afectados” que surgirão com um maior impacto nos seus níveis de saúde, pela crise económica e social, os seguintes 10 grupos:

- Toxicodependentes
- Alcoólicos
- Crianças da Rua
- Sem Abrigo
- Migrantes e Minorias Étnico-culturais
- Prostitutas
- Idosos
- Deficientes, Incapacitados e Indivíduos com Desvantagens
- Institucionalizados
- Desempregados

Além da referência a estes grupos mais preocupantes que surgirão, há ainda a considerar a necessidade de uma outra abordagem da Saúde Pública, relativa aos “**espaços de exclusão**”, isto é, espaços geradores de exclusões, devido ao forte impacto que terão nos níveis de saúde dos indivíduos e, portanto, na prática dos profissionais de saúde. Serão os seguintes:

- Família,
- Escola,
- Ambiente,
- Serviços de Saúde.

Mas no que se refere a “espaços de exclusão”, é pertinente ressaltar que o tema não se esgota nestes limites.

#### 4. O “*BURNOUT*” DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Os profissionais de saúde que se vão confrontar com os indivíduos ou grupos sociais afectados pela crise económica e social ver-se-ão confrontados com múltiplos problemas:

- de saúde,
- familiares,
- sociais,
- laborais,
- dificuldades de comunicação,
- e outros ...

Na maior parte dos casos, tratar-se-á de problemas graves, complexos, arrastados, que extravasarão o seu campo de actuação e sem soluções a curto ou a médio prazo. Os profissionais de saúde serão solicitados a dar as respostas que outros organismos não irão ser capazes de dar a tempo ou que nem sequer terão capacidade para o fazer.

Face à gravidade das consequências a nível físico, mental e social de muitos desses problemas, os profissionais que trabalham nos Serviços de Saúde tenderão a desenvolver acções no sentido de promover a sua resolução, designadamente através de articulações inter-institucionais, em trabalhos de parceria.

Essas actuações serão muito provavelmente desenvolvidas com empenho e sacrifício pessoal redobrado da sua parte.

Quer esse excesso de trabalho, quer a confrontação diária com problemas de difícil resolução, conduzirão, em muitas circunstâncias, o profissional de saúde a uma **exaustão profissional**.

Este tipo de stress ocupacional será caracterizado por um quadro de fadiga física e mental que levará a uma deterioração do desempenho profissional, a “**síndrome de burnout**”.

Esta síndrome consiste numa resposta ao stress laboral crónico, com:

- 1 – exaustão emocional, em que o profissional sente que não pode dar mais sob o ponto de vista afectivo,
- 2 – despersonalização, com sentimentos negativos,
- 3 – falta de realização profissional, com autoavaliação negativa e diminuição da produtividade.

As **estratégias** a implementar no sentido de **prevenir** o aparecimento desta fadiga profissional, deverão passar por:

- desenvolvimento de relações inter-pares, com partilha de preocupações face a este grupo de doentes tão problemático,
- melhoria das condições de trabalho – físicas, horárias, participação nos processos de gestão...
- formação específica nesta matéria,
- facilitação dos canais de comunicação com as instituições de apoio social com as quais o profissional de saúde possa dialogar, no sentido de resolver alguns daqueles problemas.

## 5. A RESPOSTA DA SAÚDE PÚBLICA

**SEIS Princípios Fundamentais** para a Resposta da Saúde Pública

- 1 – Não devem ser alterados os sistemas de informação existentes nem construídos outros novos para esta resposta;
- 2 – Ter uma visão sistémica do impacto da crise sobre a saúde;
- 3 – Perceber o impacto da crise nos determinantes da saúde (que podem ser genéticos, comportamentais e ambientais) e como as variáveis sociais são essenciais para os perceber;
- 4 – Actuar prioritariamente sobre os grupos mais vulneráveis;
- 5 – Monitorizar regularmente o impacto da crise económica, designadamente em termos de indicadores sociais;

6 – Monitorizar o impacto que a crise pode ter ao nível dos cuidados de saúde prestados pelos sectores público e privado.

**DEZ Iniciativas da Saúde** para minimizar o Impacto da Crise

- 1 – Emissão de mensagens e orientações – *site*, circuitos internos de televisão nos Centros de Saúde...
- 2 – Envolvimento das Escolas, Segurança Social, Centros de Saúde e Hospitais;
- 3 – Aproveitar as Unidades Móveis já existentes no terreno;
- 4 – Conhecer, mapear e promover os serviços existentes a nível local, para intervenção junto dos novos pobres;
- 5 – Promover as Farmácias Sociais nas IPSS;
- 6 – Coordenar os Cuidados de Saúde e Preventivos;
- 7 – Continuar a apostar na Promoção da Saúde e Prevenção e Controlo da doença;
- 8 – Promoção da Medicina Geral e Familiar – Cuidados Primários de Saúde;
- 9 – Criar *forma* de partilha entre as Regiões de Saúde sobre as iniciativas de adaptação à crise – Boas Práticas.
- 10 – Promover a inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho.

**A BASE FUNDAMENTAL:**

**As principais vítimas da crise serão os agregados familiares onde quem assegura o sustento está em situação de desvantagem no mercado de trabalho e na sociedade.**

**SÃO FUNDAMENTAIS AS ESTRATÉGIAS GLOBAIS DE INCLUSÃO ACTIVA...**

### Quadro de Gestão na Saúde para a minimização de Impactos



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### CADA ÉPOCA ELEGE UM TEMA COM QUE SE PREOCUPAR...

... e as consequências da crise económica e social vão estar “**na moda**”, no sentido estatístico do termo.

Sobre este tema, tal como em todos os momentos da vida, depara-se a incerteza sobre as suas possíveis evoluções no futuro.

O próprio conceito de “afectados pela crise” vai conferir à sociedade a responsabilidade pelos fenómenos da precariedade, pobreza e ruptura de laços sociais, entre outros.

As políticas e as acções de integração que vão ser promovidas serão, na sua maior parte, elas próprias, geradoras de novas formas de “afectados pela crise”... já que vão conter o pressuposto da exclusão dos indivíduos e grupos específicos a quem se dirigirão.

Contudo, se forem preferencialmente contratualizadoras, co-responsabilizando os seus beneficiários e refutando-lhes a acomodação, perversa em termos sociais... poderão eventualmente gerar uma **participação da sua parte** na resolução dos efeitos da crise

económica e social na saúde das pessoas... facilitando a sua integração efectiva.

**VALE A PENA LER E PENSAR:**

*A civilização é uma ilimitada multiplicação de necessidades desnecessárias – MARK TWAIN*

*O homem é o único animal  
que cora de vergonha  
– e tem motivo para isso... – MARK TWAIN*

Uma última palavra...

Um maior aprofundamento desta temática pela Saúde Pública, contribuirá para uma maior complementação da “**cultura de saúde**” nesta matéria, sobretudo nas zonas limite em que a saúde se articula com as outras áreas sociais.

A compreensão que possamos ter das redes de causalidade e das possíveis evoluções prognósticas envolvidas em cada situação permitir-nos-á uma intervenção mais adequada.

14 de Fevereiro, 2012

*antonio.tavares@arslvt.min-saude.pt*

## A CRISE ACTUAL, UMA CRISE DE VALORES – A RESPOSTA DO CRISTIANISMO\*

**Cassiano REIMÃO\*\***

“Mas o que a um exame sereno se me oferece é que a crise do homem de hoje é uma crise de valores. (...) Ora o que se me afigura a crise maior tem que ver com uma radicalidade de reintegração da vida em plenitude”.

VERGÍLIO FERREIRA, *Espaço do Invisível*, INCM, Lisboa, 1987, p. 83

### I. CRISE E PÓS-MODERNIDADE

A crise<sup>1</sup> acompanhou constantemente o homem, ao longo da história; mas a crise que actualmente vivemos reveste-se de uma característica particular: é uma profunda crise de valores; esta crise manifesta-se em diversas esferas, minadas e, até, paralizadas por descontinuidades e rupturas (com a tradição e a história) que os termos “crise” e “fim” evidenciam.

---

\* Síntese da comunicação apresentada, no dia 10 de Janeiro de 2012, na reunião do Núcleo de Lisboa da Associação dos Médicos Católicos Portugueses

\*\* Professor Universitário

<sup>1</sup> Vocábulo de origem grega, derivado do verbo “*crinein*” (separar, distinguir, discernir, julgar, apreciar); este termo foi recebido da terminologia médica, para designar “fase aguda, penosa, decisiva, momento de opção determinante”; o termo grego “*crisis*” significa, assim, faculdade de separar, de discernir; decisão, juízo, sentença. Em economia, designa, nas flutuações económicas, o fenómeno de passagem da prosperidade para a depressão. Em psicologia, a crise corresponde a uma desorganização emocional brusca e temporária que ameaça o bem-estar físico

A temática do “fim”, em relação ao agir e ao pensar (à racionalidade), não é um capricho niilista de alguns, mas a interpretação presente do devir da sociedade e do pensamento. No meio dela, cumpre-nos questionar-nos em ordem a superá-la, para não ser a crise a submergir-nos definitivamente.

Presente e declarada nas afirmações da temática do “fim”, em vários pensadores da segunda metade do séc. XX, a crise anuncia o fim do sujeito (e, até, do homem), da verdade, não apenas da metafísica, mas das próprias ciências, da história, da estética.

Axiologicamente, o século XX foi devastador ao pôr em causa a identidade humana, na presença de tentativas de construir sistemas “em que parece que os homens são supérfluos” (Hannah Arendt), assistindo-se à prática de crimes medonhos contra a humanidade.

A “nova modernidade”<sup>2</sup> que coincide com a *civilização do desejo*, formada ao longo da segunda metade do séc. XX, coincide, também, como refere Gilles Lipovetski<sup>3</sup>, com novas orientações do capitalismo que preconiza o incitamento perpétuo da procura, da comercialização e da multiplicação indefinida das necessidades<sup>4</sup>.

---

e psicológico do ser humano; contudo, na perspectiva da *teoria desenvolvimentista* (Erikson – 1959), a crise reveste-se de uma matriz positiva. Para K. Marx, a crise é de índole económica. Segundo J. Habermas (em *Problemas de legitimação no capitalismo avançado*, 1973), a crise abrange diversos domínios interligados: *crise económica* (sistema económico), *crise de racionalidade* e *crise de legitimação* (sistema político), *crise de motivação* (sistema sócio-cultural).

<sup>2</sup> As características da “nova modernidade” são: a *secularização* (perda da referência do religioso, para a convivência social e para os planos pessoais de vida); a *autonomia* (valor acima de qualquer outro para a plena conquista de si mesmo) e o *pluralismo* (eleito como valor moral, possibilitador da convivência das liberdades e das decisões colectivas).

<sup>3</sup> Cf. LIPOVETSKI, G., *A Felicidade paradoxal – Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*, Ed. 70, Lisboa, 2010, pp. 33 e ss.

<sup>4</sup> Na “nova modernidade”, dá-se uma crise de legitimação e de motivação, bem descrita por K. Lorenz, ao enumerar os “Pecados mortais da humanidade civilizada”: *urbanização anómala* (quebra das inter-relações – biocenose);

O capitalismo de consumo assumiu a liderança das economias de produção. Constituiu-se como que uma “nova religião” em torno da melhoria contínua das condições de vida, instituindo o consumo emocional como experiência íntima<sup>5</sup>, um consumo destrutivo, onde os prazeres materiais geram uma manifesta insatisfação existencial.

A sociedade do nosso tempo é uma sociedade onde tudo chega sem ser necessário partir, onde vale a retórica do momento, experienciando-se uma circularidade sem encontro e assistindo-se a uma crise do discurso da representação, onde é iminente o risco de eliminação da pessoa moral e a anulação da singularidade como identidade e onde se experiencia um sistema que não vai ao fundo das coisas. O *homem* da sociedade virtual, sendo um homem em rede, é um homem-produto. Jürgen Habermas considera que, na sociedade actual, o “mundo-da-vida” está colonizado pelo “sistema”, através de uma racionalidade estratégico-instrumental, comprometendo a identidade individual e colectiva; o homem tornou-se, como dizia Herbert Marcuse, no acessório da máquina produtiva e do aparelho de dominação.

A sociedade impõe-se-nos, ainda, infelizmente, na actualidade, como impiedosa e inexorável, sem quadros de referência para orientação, banalizando o sofrimento e absolutizando o efêmero. Encontramo-nos, na verdade, num tempo de cultura induzida, hedonista, racionalizada. A nossa sociedade, na idade do “pós-bem-estar” em que nos encontramos, está organizada para o quotidiano; são estas algumas das patologias de que sofre a sociedade, no tempo

---

*competição da Humanidade consigo própria* (onde o mais não coincide com o melhor); *unidimensionalismo humano* (materialização dos valores); *morte (em vida) dos afectos* (indiferença pelos sentimentos alheios); *quebra das tradições; escravização aos mass media* (promotores de julgamento e avaliação, sem defesa, na praça pública).

<sup>5</sup> Cf. LIPOVETSKI, G., *Ibidem*.

presente, no dizer de Habermas, num apelo a uma nova consciência ética, crítica e epistemológica.

Ultimamente, a incerteza instalou-se e o homem deixou de pensar o seu futuro, como viagem caracteristicamente marcada pela descontinuidade e pela complexidade, encontrando-se abandonado aos sobressaltos do destino; parece que o homem não está preparado para a actual transformação do mundo; ele, que é único e insubstituível, no dizer de Unamuno, corre o risco de se trocar por um outro eu, um eu de mercado, sujeito à oscilação dos preços; parece que a Humanidade vive num interregno dos valores, condenada a uma travessia do deserto axiológico de que ninguém pode prever o fim” (G. Minois).

Efectivamente, em nenhum momento da história da humanidade vivemos tantas e tão intensas transformações.

Fruto da racionalidade moderna, nomeadamente do desenvolvimento científico e tecnológico, das propostas da pós-modernidade e da globalização, é indiscutível que estamos a viver um tempo em que é notória uma crise que é fundamentalmente uma crise de valores, onde impera um individualismo cínico e feroz e se anula a solidariedade.

Nesta crise, valores que, anteriormente, assumiam um carácter universal, absoluto, apresentam-se, agora, com um carácter relativista, reduzidos a uma dimensão subjectiva; no relativismo, justifica-se o acontecer pelo mero acontecer<sup>6</sup>. Nesta linha, o

---

<sup>6</sup> Já Albert Camus, em 1946, em Nova Iorque, numa conferência sobre “A crise do Homem”, afirmou: “Se não se acredita em coisa alguma, se nada faz sentido e não se consegue encontrar um valor seja no que for, então tudo é permitido e nada importa. E, nesse caso, não existe nem bem nem mal e Hitler não tinha razão nem deixava de ter (...). E visto que pensamos que nada faz sentido, deveremos concluir que tem razão quem tem sucesso. Se nada é verdadeiro ou falso, bom ou mau, se o único valor é a eficiência, a única regra a seguir é a que se impõe, a de ser o mais eficiente possível, numa palavra, o mais forte. E, conseqüentemente, o mundo

homem vem perdendo o sentido da vida, pondo em causa a sua dignidade<sup>7</sup>.

## II. CRISTIANISMO E RESPOSTA À CRISE

Torna-se, por isso, urgente, perante a crise geral do sentido que nos rodeia, a procura de uma antropologia e de uma ética, abertas à esperança, “para além do niilismo” e da construção virtual do homem, uma vez que a raiz da crise actual é a indiferença e a consequente impossibilidade de pensar o sentido da totalidade, pois tudo, no homem, se escoa na imediatidade e no fragmentário.

Mas, o homem contemporâneo tem cada vez mais consciência da asfixia a que foi votado pelo excesso de racionalismo, através do culto excessivo e exclusivo da razão (“o ópio dos intelectuais”), ao ser considerada como ponto único de desenvolvimento da felicidade. O trágico da modernidade trouxe consigo, pela via do racionalismo, o declínio da vocação do homem através do vazio instalado da secularização e do esquecimento do *sentido da existência*.

Com expressão máxima no positivismo, quer científico, quer lógico, o racionalismo, defensor do unidimensionalismo do homem, apresenta-se, porém, dotado de um suporte demasiado frágil para a plena realização do ser humano. Daí a necessidade e a urgência de, em oposição a todos os reducionismos, serem hoje recuperados todos os elementos da civilização no sentido de uma expressão cada vez mais consentânea com o ser do homem e no sentido de um

---

deixa de estar dividido em justos e injustos, mas sim em senhores e escravos. Tem razão aquele que domina”.

<sup>7</sup> Pela qual há que lutar, como referência definitiva: “Diz não até ao pão com que pretendem alimentar-te, se tiveres de pagá-lo com a renúncia de ti mesmo. Porque não há uma só forma de to negarem negando-to, mas infligindo-te como preço a tua humilhação. (...) E é do *Não* ao que te limita e degrada que tu hás-de construir o *Sim* da tua dignidade (20 de Abril de 1975 – domingo). *Vergílio Ferreira, Conta-Corrente - 1969-1976, I, V. Nova – Amadora, Liv. Bertrand, 1982, pp. 247-248*

autêntico progresso para as sociedades actuais; daí também a necessidade e a urgência de uma reflexão crítica sobre o processo histórico do género humano em que a razão tem estado imersa, a fim de recuperar a realidade estrutural do homem na sua complexidade pluridimensional. De facto, a consciência do homem contemporâneo, determinada pelas vivências sociais, tem-se tornado cada vez mais numa consciência crítica. A crença, característica dos pensadores da Ilustração, na libertação moral dos homens, baseada unicamente na razão, desligada da esfera metafísica, não se concretizou. O desenvolvimento científico e técnico não trouxe consigo um adequado desenvolvimento moral, fundado unicamente na razão, isto é, não provocou a desejada libertação moral do homem, nem, consequentemente, a sua felicidade; não foi capaz de apontar um novo sentido, não ilusório, à história e à vida dos homens, não se realizando, por isso, o seu projecto de emancipação.

Tornou-se, assim, visível a necessidade de resgatar o homem da sua sujeição ao desenvolvimento técnico e científico a que esteve votado nas sociedades ditas modernas, uma vez que o entrelaçar do fenómeno do avanço científico e técnico, com o da secularização, o tem vindo a instrumentalizar, alienando-o cada vez mais.

Verifica-se, entretanto, hoje, um renascimento do religioso perante a realidade cultural. O desaparecimento da religião situava-se num projecto inacabado, inserido nas malhas da auto-ilusão, embora a racionalidade não pudesse receber como herança a religião.

Brecht dizia: “Deus cairá sob os microscópios mais afinados”. Mas uma palavra de Wittgenstein encontra mais eco na geração de hoje: “sentimos que as respostas a todas as nossas questões relativas às ciências não são compatíveis com os nossos problemas vitais”.

A finitude, aparentemente apaziguada de um pensamento rigorosamente racionalista, constitui o seu próprio sofisma particularmente trágico.

A utilidade da ciência para a vida é objecto de discussão. Em

vez de resolver os problemas da nossa existência quotidiana, tem, pelo contrário, tendência a multiplicá-los.

O retorno do religioso está a verificar-se como resposta a esta tensão oriunda da crítica à racionalidade. De modo inesperado, os intelectuais colocam, cada vez com mais nitidez, a questão do sentido, no itinerário da resolução da crise. Parece que a noite da ausência está a passar. O que suscita uma esperança irresistível no campo cultural, num apelo a uma reflexão de índole marcadamente filosófica e teológica.

Deus não é uma evidência, porque não é um objecto. Deus é o nome da nossa incapacidade em captar o Absoluto, o modo de designar a nossa incapacidade de ocupar o seu lugar.

No Ocidente, estabeleceu-se o debate e a procura em torno desta questão; o Ocidente afirma-se na procura da liberdade. Mas Deus, como pessoa, não é objectivável. Os dogmatismos religiosos são para dominar. Contudo, a proposta cristã, por exemplo, caminha sobre outro chão. Aqui, Deus aparece-nos como não-violência, como puro amor, como espaço da liberdade absoluta. Sem Ele, as nossas liberdades não têm lugar. Ao revelar-se como amor, Deus mostra que, se a violência é o estado natural do homem, a não-violência é que é o mistério e o que liberta é o não-poder.

A busca do conhecimento natural é um processo que aproxima o homem da Natureza. E esse processo tem um lado espiritual muito profundo e um lado sagrado que mostra a nossa união profunda com o Universo<sup>8</sup>. Por isso, dizer que quem acredita em Deus é louco é agredir uma forma de expressão, uma busca de significado que é profundamente humana.

É neste sentido que começa a fazer parte do interesse público das sociedades actuais uma preocupação pelo humanismo e pelo aprofundamento, pelo desenvolvimento e pela vivência do *religioso*. Faz parte desta preocupação o apelo a uma nova contextualização

---

<sup>8</sup>Cf. Gleiser, M., *Criação Imperfeita*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2010.

da problemática da racionalidade (a racionalidade comunicativa), a qual, embora numa lógica de fundamentação intramundana, pretende perspectivar novas exigências de sentido.

Reconhecendo o fracasso do homem “horizontal”, há pensadores que têm conduzido o processo racional ao *absurdo* da existência, numa tentativa final de desespero em que o divino é reduzido ao humano; contudo, o homem encontra, nas tendências mais profundas e mais íntimas de si mesmo, uma receptividade ao *sagrado* e ao *mistério*, sentindo-se unido a algo que o supera e que, simultaneamente, o liberta.

Um dos traços mais característicos do nosso universo cultural é que, de facto, o homem existe nele segundo o modo de projecto; tudo se passa como se não pudesse viver sem se fixar objectivos a atingir; nas estruturas mais recônditas da realidade descobre algo de fundamental que o impele à sua superação. Confrontado com o fracasso da razão, o homem dá-se conta, intelectual e vitalmente, de que se exige algo que dê um sentido de projecto à sua existência e de enquadramento de totalidade à realidade.

O *religioso* manifesta-se na experiência humana, dá-se ao homem como surpresa, definindo itinerários de utopia, transcendendo todas as relações, elevando-se por cima de egoísmos, de vazios e de superficialidades; o confronto com o *mistério* opera uma revolução no coração do homem, dando sentido, significação e valor à existência humana enquanto devir, num processo de totalização, através da oposição do universal e do particular; o infinito transcende o homem, “mas incansavelmente o atrai e solicita”.

Perante a violência dos factores económicos, a intervenção da religião torna-se necessária para combater, face à crise, a impressão da fatalidade<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup>“(…) a fê não vê, mas vê-se: não vê porque não vê os seus objectos, mas vê-se porque se vê nos seus efeitos” (P.e António Vieira, *Sermões, IV*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1959, p.200).

Contra a violência física, a religião recorda o preço da vida humana enquanto introduzida numa relação de ordem pessoal com a Transcendência e, paralelamente, relativiza uma visão do mundo na qual apenas a vida biológica do homem teria sentido para a protecção do seu ser.

A solidão do homem contemporâneo exige a resposta da dimensão religiosa, enquanto portadora de uma “boa nova”. Mas é ao nível do divórcio operado entre razão e desejo que se verifica o momento privilegiado em que a religião, portadora da *fé*, abre o caminho à *esperança*.

### III. CONCLUSÕES PROSPECTIVAS

1. Capaz do compromisso, sujeito à tensão da imperfeição das causas na realização desse objectivo, o homem deve esforçar-se por se descentrar em relação ao outro e em ordem à superação da crise, numa interioridade de reconhecimento e de amor, através da qual as diferenças alcançam “o horizonte de uma visão histórica global”, numa fidelidade, no tempo, a uma causa superior de acolhimento da alteridade, da diferença na identidade de si próprio; Paul Ricoeur atribui ao compromisso a força de uma convicção, livre e aberta; a resolução da crise é efectuada pela convicção.

2. Uma sociedade sem valores comuns partilhados não tem futuro, porque lhe falta horizonte e sentido; porque só há sentido onde existe continuidade, a única resposta à crise reside na procura de continuidades insuspeitas; esta procura é uma tarefa urgente, para nós, no tempo presente; a resposta situa-se na dignidade incontornável do *homem como pessoa*.

3. O *sentido da vida* é a suprema exigência que se coloca à existência humana; segundo Kant, «*A preocupação fundamental, para o homem, deve consistir em saber como há-de cumprir a sua missão no mundo e o que tem a fazer para conseguir ser verdadeiramente homem*».

4. “O mais alto fim da vida humana é a *humanização* do homem. Esse máximo pode ser atingido pelo seu *abrir-se para os valores*, pela aceitação destes e, sobretudo, dos mais altos de todos, dos *espirituais*” (J. Hessen); os valores funcionam como princípios orientadores do comportamento das pessoas, presidindo à realização do seu *ser*.

5. O *trabalho*, como valor humano, constitui, juntamente com a *verdade*, a *justiça* e o *amor*, um dos quatro pilares éticos em que o homem deverá apoiar-se para contruir, em ordem à superação da crise, uma sociedade renovada, uma sociedade civilizada, “uma sociedade decente” (Amartya Sen), onde o *homem* possa habitar; uma sociedade civilizada é aquela em que as pessoas são cidadãos e não escravos.

6. A sociedade civil está para além do Estado e do mercado, na esfera da opinião pública, atravessada pelas redes da linguagem que geram *solidariedade*, exigindo melhoria no espaço público, formando uma consciência social renovada, reforçando as redes de relação que propiciam uma formação democrática da vontade, *construindo o coração de um mundo sem coração*.

7. Como resposta à crise, urge promover um sistema económico mundial aberto e inclusivo, ao serviço do desenvolvimento humano, uma ordem legal internacional enraizada nos *valores partilhados* e também mecanismos capazes de garantir a estabilidade e a segurança humanas (que alterem a “Nova Ordem Mundial” em que nos temos movido), numa atitude de rebelião contra os que vivem de impedir os outros de viver e contra os que ignoram que o hoje não pode existir sem o ontem e que o ontem é, muitas vezes, o novo amanhã.

8. Não podemos contentar-nos com a mera relação a nós mesmos, pois não somos o nosso próprio sentido. Perante a crise, temos o dever da recusa de ser salvos pelo *número*; pois, como já afirmava Max Scheler, confrontado com a angustiante “situação espiritual do nosso tempo”, “o homem não é um objecto, mas uma direcção”, um

sentido; contudo, nenhuma finalidade da natureza pode constituir o sentido do homem.

9. Em situação de crise, o impacto da questão de Deus sobre o pensamento e todas as consequências práticas que daí derivam originam, para o homem, uma liberdade nova.

10. Aprofundar a relação com Deus é uma aventura da fé, que tem a sua gênese num testemunho dado e recebido no interior de uma comunidade, com a mediação da componente pessoal da resposta livre e individual.

11. A fé reveste-se de um carácter único que é a sua dimensão relacional, uma adesão subjectiva a algo afirmável no interior de uma relação, sem qualquer razão objectiva, mas com a razão de uma esperança, em que sentimos que precisamos de Alguém, exactamente para justificar as grandes alegrias e as grandes tristezas que ocorrem na nossa vida, num esforço de totalização.

12. A definição da S. João da Cruz da fé, como “hábito do espírito obscuro e certo”, caracteriza bem a fé como algo que se vai conformando no nosso espírito ao longo do tempo; *obscuridade*, porque não pode ser completamente objectivada; *certeza*, na medida em que, como algo de fundamental, informa o nosso conhecimento das coisas. Segundo o P.e António Vieira, “(...) é necessária a fé, a qual supre as deficiências da ciência, penetrando nos mistérios divinos e conhecendo-os, não com evidência, mas obscuramente”<sup>10</sup>.

13. Este conhecimento transparece na *linguagem* e no *dizer* puro enquanto testemunhas do Infinito, “transparência sem opacidade”, nas palavras de E. Lévinas.

14. Na questão da relação fé/razão, há que perceber que a fé não só não está contra, mas, pelo contrário, afirma a liberdade

---

<sup>10</sup> P.e António Vieira, *Clavis Prophetarum*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2000, p.299.

e a dignidade do homem. A liberdade é condição e raiz da fé; da liberdade nasce a dúvida, inserta no coração da fé, pois fé que não duvida é morta.

15. A revelação cristã, em concreto, coloca um princípio crítico radical, fazendo sair da sombra todos os poderes obscuros, inclusivamente os religiosos, que podem alienar o homem e o espírito. Podemos afirmar que o trabalho da fé se verifica na liberdade, instaurando uma fraternidade entre os homens.

16. A revelação de Deus, a partir de Jesus Cristo, dá a sua forma à fé e, por consequência, a uma antropologia, numa visão renovada do homem.

17. A religião cristã, sendo uma mensagem de luta<sup>11</sup> na defesa da humanidade do homem, é totalmente baseada na convicção da fé; uma das formulações desta convicção de fé traduziu-se no vocabulário e na conceptualidade da Encarnação, na qual consiste a natureza mesma do Cristianismo.

18. O último esforço do pensamento contemporâneo reconhece a legitimidade, o valor e a necessidade da religião para resolver o problema do homem. Sem ela, o homem não é só um mistério; é um absurdo. O Cristianismo “ressitua” a angústia dos que sabem, habituando-os a ver, com outros olhos, a realidade do real, na medida em que a fé identifica os postulados nucleares da natureza humana. O Cristianismo é um valor do espírito universal que tem as suas raízes no mais íntimo da realidade humana; por isso, deve denunciar todas as situações violadoras dos direitos do homem e da sua dignidade.

19. Através da inculturação, o Cristianismo exprime o seu projecto face à Humanidade e ao mundo. João Paulo II, no discurso proferido na Universidade de Coimbra, em 15 de Maio de 1982,

---

<sup>11</sup> Cf. Miguel de Unamuno, *La Agonía del cristianismo*, Alianza Editorial, Madrid, 1992.

dirigido aos universitários e ao mundo científico, afirmou: “A síntese entre cultura e fé não é apenas uma exigência da cultura, mas também da fé. Uma fé que não se torne cultura é uma fé que não é plenamente acolhida, nem inteiramente pensada, nem fielmente vivida.”

20. Este Cristianismo será necessariamente um Cristianismo atento aos homens de hoje e à situação em que se encontram, recusando o individualismo, trilhando caminhos de verdade, de pobreza e de humildade, independente dos poderes políticos constituídos, centrado num pensamento voltado para o longe e para a distância, lutando, com coragem, contra todo o tipo de exclusões, na sociedade em que está inserido, tomando decisões em tempo útil, rasgando novos rumos em favor do homem, da paz e da justiça, de modo a abrir-se às necessidades da cultura do tempo presente. Só assim será possível superar a crise com que, actualmente, os homens se confrontam.

# UMA RESPOSTA COM HISTÓRIA: CASA DE SANTO ANTÓNIO

Maria FURTADO\*

## 1. QUEM SOMOS: HISTÓRIA/MISSÃO E OBJECTIVOS / ACÇÃO SOCIAL

A Casa de Protecção e Amparo de Santo António é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) de carácter confessional, fundada em 1931 com a missão de apoiar a causa da maternidade desprotegida. O seu fundador – Prof. Dr. D. Pedro da Cunha, obstetra e ginecologista, na altura Director da Maternidade Alfredo da Costa – apercebendo-se do flagelo das mulheres que, após darem à luz, não tinham para onde ir, criou a instituição para o “apoio à mãe solteira”, recorrendo a uma equipa de senhoras voluntárias. Sempre fiel aos seus princípios, a obra foi-se desenvolvendo e adaptando à evolução da sociedade. De 1945 a 1998 a nossa obra contou com a ajuda de uma Congregação de Irmãs, sendo que a sua direcção se foi mantendo na família que lhe deu origem. Em 1945 foi criada a Creche e Jardim de Infância e em 1956 a Pastelaria cujo grande intuito era fazer biscoitos para as senhoras que assistiam voluntariamente a Casa.

---

\* Maria Nesbitt Gonçalves Furtado, Coordenação Operacional e Marketing Social. Casa de Protecção e Amparo de *Santo António* - Calçada das Necessidades nº 2, 1350-214 Lisboa. Telef.: 2139552 41 - 915188562.

Hoje o objecto social está mais estreito – grávidas adolescentes em dificuldade, a valência escolar é até aos 3 anos e a pequena Pastelaria cresceu e deu lugar à Casa dos Sabores.

Nestes 80 anos temos orgulho em referir que ajudámos já cerca de 2700 mães e consequentemente 2700 crianças e famílias.

Objectivo cumprido tanto quanto as nossas mães adquiram competências maternas, se reinsiram social e profissionalmente e, sobretudo, construam o seu projecto de vida com vista a contribuir positivamente para a nossa sociedade. Quebrar o ciclo, encontrando um novo rumo.

Para tanto, a Instituição está dividida em 3 valências: Casa das Mães (Lar de crianças e jovens), residência que acolhe 17 mães e seus filhos; Casa das Crianças (Creche) que acolhe 35 crianças entre as internas e externas e Casa dos Sabores (actividade comercial na área da restauração) que se pretende motor de sustentabilidade para as restantes valências de resposta social.

Toda esta articulação entre várias valências tem em vista *construir e abraçar o futuro, para uma vida melhor!* Este é o lema da Casa de Santo António.

Cada mãe traz na bagagem um passado perdido, desorganizado, sem valores ou afetos, mas também a coragem de assumir uma gravidez não planeada e a vontade de mudar as suas vidas pelos seus filhos.

Na Casa das Mães (lar que acolhe cerca de 20 mães e bebês), têm ao seu dispor um conjunto de apoios operacionais, 24 horas por dia, podendo aprender nas áreas da puericultura, lazer, cidadania. Rodeadas de afetos, podem partilhar experiências, angústias e felicidades, num ambiente familiar e acolhedor.

Por outro lado, têm também ao seu dispor um conjunto de ferramentas técnicas, que as ajudam a delinear um projeto de vida sólido ao nível familiar, escolar, profissional, psicológico e social. Durante 3 anos, acompanha-se de perto cada gravidez, o inesquecível

momento do parto; promove-se o cumprimento da licença de maternidade e o início de um percurso escolar ou profissional adequado ao seu projeto.

A base é a partilha entre colaboradores e utentes, da qual é exemplo a última peregrinação a Fátima que juntou no Santuário 50 pessoas. 25 foram corajosamente a pé, numa emocionante e exigente caminhada, e os restantes foram de camioneta. O desafio era entregar cada vida a Nossa Senhora tal como ela é: frágil, forte, arrependida e orgulhosa! Rezou-se, chorou-se, cantou-se, riu-se, havia em cada olhar uma grande cumplicidade. Vive-se nesta Casa a consciência de que a fé nos salva e o desejo de que Maria seja o exemplo para cada mãe.

Para tanto, é imprescindível o apoio da Casa das Crianças, situada no mesmo espaço físico da Casa das Mães, que os seus filhos frequentam enquanto cada mãe caminha no seu novo percurso de vida.

Os últimos meses do acolhimento são dedicados à preparação da fase de autonomia, procurando-se apetrechá-las de ferramentas que suportem o sucesso de uma nova vida. Na Casa dos Sabores adquirirão competências profissionais fundamentais a esta nova etapa.

Quem compra na Casa dos Sabores contribui para o futuro sustentável de uma Instituição com provas dadas de ajuda num campo bem doloroso, em mais de 80 anos de história, e que soube trazer o saber da tradição até aos tempos modernos, adequando o melhor dos dois mundos.

Para conhecer tudo ver referências.

## **REFERÊNCIAS**

Casa de Protecção e Amparo de Santo António - Calçada das Necessidades nº 2, 1350-214 Lisboa. Telef.: 213955241 - 915188562. Email: geral@casasantoantonio.org.pt, www.casasantoantonio.org.pt www.facebook.com/casadesantoantonio

## CRISE, VIDA HUMANA E DIGNIDADE

**Ivanaldo SANTOS**  
**Thácio SIQUEIRA**

*O momento que atravessamos, em que as dificuldades se acumulam e parece que são postas em causa quer a vida quer a dignidade do próprio ser humano, leva-nos a pensar ser útil meditarmos um pouco sobre esta vida e esta humanidade que nos foram dadas. Servimo-nos, para isso, de uma entrevista concedida pelo Professor Ivanaldo Santos, filósofo e investigador social brasileiro. A entrevista foi conduzida por Thácio Siqueira para a agência ZENIT\**

### **ZENIT: O que é a vida, filosoficamente falando?**

*Dr. Ivanaldo:* Do ponto de vista estritamente da filosofia não é possível construir-se um conceito fechado de vida. Vale a pena lembrar que as tentativas de conceitos fechados de vida conduziram a experiências trágicas, como é o caso dos campos de concentração no regime nazi. Na verdade, podemos dizer que a **vida**, é a grande manifestação do *logos*, que engloba, entre outras coisas, a dimensão

---

\* Texto da entrevista enviado por ZENIT.org com datas de 26 e 27 de Julho de 2012. O Prof. Ivanaldo Santos é um filósofo bem conhecido internacionalmente, com numerosos trabalhos publicados, de entre os quais se destacam os de análise social. Comentário e revisão de «A. M.».

biológica, cultural, familiar, psicológica, social e religiosa. Vida é o mais amplo e complexo movimento a que o ser humano tem acesso.

**Z.: A vida é propriedade do homem?**

*Dr. Ivanaldo:* Nos últimos séculos, devido, em grande medida, a experiências oriundas do capitalismo e do estatismo socialista, tem se discutido muito a noção de propriedade. Fala-se, por exemplo, em propriedade privada, em propriedade intelectual e em propriedade do Estado. Nos últimos anos essa discussão chegou mesmo até à vida humana. Com isso, passou-se a discutir sobre a propriedade de medicamentos, tratamentos de doenças e até mesmo do genoma humano. Além disso, é preciso esclarecer que contemporaneamente o mundo vive um retrocesso nas relações de trabalho e nos direitos humanos. Por exemplo, temos o retorno da escravidão, a exploração de mulheres para fins sexuais, são as chamadas *escravas do sexo*, o tráfico de sangue e órgãos humanos, uma política agressiva de legalização do aborto e do infanticídio. Dentro do mercado de trabalho está sendo aceite largamente o trabalho precarizado e semi-escravizado, como o que acontece em muitas fábricas na China e em outros países que são apresentados como modelos de desenvolvimento económico. Dentro desse triste quadro passa a haver uma visão reducionista em que a vida é um simples objeto comercial, uma propriedade, que, como toda a propriedade, é possível vender e comprar. No entanto, a realidade ontoética do ser humano é bem diferente. O ser humano é a única espécie capaz de refletir filosoficamente sobre si mesma e sobre a sociedade e o cosmo. Ele é capaz de construir a arte, a poesia e tudo mais que existe de belo e sublime na sociedade. Trata-se, por conseguinte, de uma grande responsabilidade. A vida humana é um património de Deus e de toda a sociedade. Por isso é preciso valorizar todas as formas e manifestações da vida humana, como, por exemplo, a

vida das populações pobres, de regiões isoladas, de mulheres em risco de prostituição, dos deficientes físicos, e do feto, o bebê ainda no ventre da mãe. É por esse motivo que não se pode aceitar e incentivar a cultura da morte, uma cultura que tem como “comércio” a venda da morte para os seres humanos. Essa cultura, ou melhor, essa anticultura, manifesta-se, por exemplo, como disse atrás, no retorno da escravidão, na exploração de mulheres para fins sexuais, na tentativa de legalização do aborto, da eutanásia, do infanticídio e de outras barbaridades.

**Z.: Em ordem de importância, qual vida é mais importante: a vida humana ou a vida animal?**

*Dr. Ivanaldo:* Antes de mais é preciso esclarecer que todas as formas de vida devem ser valorizadas, preservadas e respeitadas. Sem dúvida que os maus tratos a animais selvagens e domésticos não devem ser aceites. Nesse sentido tem havido no mundo, inclusive no Brasil, um avanço na legislação de proteção aos animais. Entretanto, é preciso esclarecer que a proteção dos animais passa pela proteção e valorização da vida humana. Em muitas ocasiões, o ser humano é o destruidor da natureza e da vida selvagem, mas também é o promotor da cultura, da arte e da própria preservação da vida animal. Do ponto de vista ontológico, a vida humana é mais sublime e mais especial do que a vida animal. É claro que devemos promover a defesa da vida animal, mas, por compromisso ético, temos que respeitar, promover e garantir as condições socioculturais de desenvolvimento da vida humana. Neste sentido a vida humana tem prioridade sobre a vida animal. Isso não significa que vamos sair por aí matando animais, mas, pelo contrário, temos que garantir, num primeiro plano, a dignidade da vida humana e, num segundo plano, a vida animal. Levando em conta o desenvolvimento económico e científico do mundo, afirma-se que há condições técnico-científicas suficientes para a realização dessa tarefa.

**Z.: Um embrião humano é pessoa humana?**

*Dr. Ivanaldo:* Graças ao projeto genoma e a decifração do DNA humano é possível afirmar que, a partir da primeira célula do novo ser, ou seja, do embrião, formado no ventre da mãe, temos um ser humano completo. A prova disso é que durante os 9 meses de gestação e durante toda a vida pós-nascimento até a morte, nenhum material genético é acrescentado ao indivíduo. Além disso, um feto contém todas as características humanas (respira, sente dor, tem braços, pernas e outras). Vale a pena lembrar que existem espécies na natureza que durante o período de gestação têm um formato e depois do nascimento desenvolvem outra forma. No entanto, não vemos na atual sociedade campanhas para exterminar, por meio do aborto, essas espécies. Em sua maioria são espécies protegidas por lei. Não há, até o presente momento, uma explicação filosófica aceitável para dizer que o embrião humano não é pessoa humana. Geralmente quem defende essa tese são grupos e *lobbys* pró-aborto e pró-cultura da morte. No entanto, é um argumento que não encontra fundamento nem na filosofia e nem na moderna biologia genética. Se realmente é ético e politicamente correto defender as espécies da natureza, também é ético e moralmente correto proteger o embrião humano.

**Z.: Racionalmente falando, como provamos que um ser humano é espiritual e tem uma alma imortal?**

*Dr. Ivanaldo:* Esse é um tema específico da teologia, da mística e das religiões. A filosofia pode discutir sobre a alma e outras questões metafísicas, mas não tem condições de efetivamente provar sua existência. É preciso esclarecer que nem tudo na vida pode e deve ser provado. A vida é a vida. É preciso aceitar que a vida humana, o grande *logos*, é cheia de mistérios que nem a filosofia e nem qualquer outro ramo das ciências humanas jamais poderão provar totalmente.

No entanto, é preciso ter consciência que quando se trata de temas éticos, como, por exemplo, a vida embrionária, a maternidade e a proteção dos mais frágeis e inocentes, as religiões têm todo o direito de orientar os seus fiéis e a sociedade. Vivemos oficialmente numa sociedade democrática. E por isso não se pode negar o direito que as religiões possuem de defenderem junto das autoridades e do Estado uma política e uma legislação que proteja e valorize a dignidade da vida humana. Não podemos voltar aos tempos antigos, da barbárie, onde a vida humana não tinha valor. Onde qualquer imperador ou funcionário público poderia condenar à morte qualquer indivíduo. O Ocidente evoluiu muito no campo técnico-científico. Agora precisamos de evoluir no campo da ética e da proteção da dignidade da pessoa humana. Nesse processo as religiões e especialmente o Cristianismo têm um papel central, pois podem e devem conduzir um debate e acções com vista à reforma do Estado e das estruturas de morte da sociedade, como, por exemplo, o aborto, o infanticídio e a escravidão. E a partir dessa reforma garantir que todas as formas de manifestação da vida humana sejam protegidas. Se isso acontecer, finalmente a dignidade da pessoa humana estará assegurada e resguardada\*\*.

---

\*\* Para mais informações: Ivaldo Santos, doutor em filosofia. Email: ivanaldosantos@yahoo.com.br.

## **CRISE E ECONOMIA NA EUROPA\***

**Carmine Tabarro**

### **ECONOMIA CIVIL DE MERCADO E CAPITALISMO FINANCEIRO**

Terminada uma série de conferências em Edimburgo e Glasgow sobre economia civil, bem-estar civil, crise financeira, crise do débito público à luz da Doutrina Social da Igreja, decidi resumir para todos o meu pensamento. Esta é uma chave diferente para explicar a crise global que se vive. Pode não explicar tudo mas mostra uma certa perversidade do “Struggle for life” de Darwin.

Entre os temas abordados, começo por falar sobre como a economia civil de mercado está ligada à crise do débito público dos Estados Europeus com as relativas consequências sobre os Estados, as empresas e as famílias. A minha reflexão começa com o aspecto teórico para depois exemplificar com casos concretos.

A economia civil de mercado coloca entre os seus objectivos a capacidade de competir e cooperar com vista ao bem comum. Esta afirmação cada vez é mais confirmada pela literatura científica que demonstra como a capacidade da boa cooperação e da boa concorrência sejam as duas faces da mesma cifra cultural.

---

\* Enviado de Roma por ZENIT.org, em 31 de Julho de 2012. Traduzido por Thácio Siqueira e J. B-T

A boa competição tem um papel fundamental em qualquer contexto da vida. Infelizmente a cultura declinada do *capitalismo financeiro* tem a capacidade de produzir somente a **má competição** – aquela **darwinista**: o mais forte esmaga e destrói o mais fraco (1).

Da mesma forma a *cultura estatista*, muitas vezes, produz outra forma de má competição: a **ausência de competição** entre as pessoas, que leva a dinâmicas depressivas e de nivelamento rumo à mediocridade e à ineficiência. A boa competição, ao contrário, tem como fruto positivo o *cum-petere*, o “buscar juntos”, que tem características diferentes do buscar juntos da cooperação. A reciprocidade entre a boa competição e a boa cooperação, faz nascer e crescer pessoas num confronto construtivo e positivo.

Todos nós que vivemos dentro das empresas, escolas, universidades, mosteiros, igrejas e, em geral, nos organismos intermédios, conhecemos bem as dinâmicas positivas que se desenvolvem quando funcionam de modo correto a boa competição e a boa cooperação. Da mesma forma também conhecemos bem quais são os efeitos destruidores, quando faltam ou a boa competição ou a boa cooperação ou quando faltam ambas.

Para melhor compreensão traduzi estas afirmações teóricas num **caso prático**.

## UM CASO CONCRETO

Tomemos como exemplo duas empresas que operam no mesmo sector (alimentar, manufatureiro, bancário etc.), de duas famílias com os mesmos rendimentos. O mesmo argumento também vale para os Estados. Trata-se de empresas e/ou famílias que têm os mesmos *rating*, mas no primeiro caso a empresa e a família são italianas, enquanto que, no segundo caso, a empresa ou a família são alemãs ou até mesmo inglesas.

Devido à deslocação geográfica, não obstante o *rating* idêntico, a empresa ou a família italiana é obrigada a pagar um *spread* (3) sobre os seus financiamentos quase nove vezes mais elevado do da empresa ou da família alemã ou inglesa. Muitas taxas de juros dos empréstimos tornam a situação completamente insustentável a médio prazo.

Na verdade o empréstimo da família italiana com prazo em 2008 ontem custava 3,90% de juros passivos a mais, enquanto o empréstimo da empresa ou da família alemã com o mesmo *rating* e com prazos parecidos custava somente 0,45 % de juros passivos, e no caso inglês 0,60% de juros passivos. Taxas de juros muito diferentes para empresas e famílias muito parecidas.

Este é o resultado de ter escolhido o caminho da má concorrência e este é o verdadeiro efeito prático da crise sistémica europeia. É evidente que estas diferenças de custo de dinheiro, colocou e continua a colocar em dificuldade o sistema industrial de alguns Países (Espanha e Itália em particular), enquanto que, indevidamente, outros Países os ultrapassaram muito para além dos seus méritos reais.

Tudo isso porque o *spread* não foi movido pela lógica da boa concorrência e da boa cooperação, mas é o fruto de uma grande forma de concorrência desleal entre Estados, empresas, famílias que a história recente lembra, típica forma de injustiça gerada pela lógica do capitalismo financeiro. Por outras palavras, encontramos diante de um “dumping” (4) financeiro.

Se o “dumping” financeiro não for regulamentado rapidamente destruirá as economias dos Países do Sul da Europa: nos próximos quatro anos os bancos, as empresas da área do euro deverão reembolsar – segundo os dados *Dealogic* elaborados por *Il Sole 24 Ore* – obrigações e grandes financiamentos superiores a 2 triliões.

Com estas taxas de juros como farão os bancos, as famílias, as empresas italianas, espanholas, portuguesas, irlandesas, gregas

para pagar estas dívidas? E acima de tudo: poderão refinanciar-se? E quais taxas de juros serão obrigadas a suportar?

Em conclusão, um sistema económico globalizado não pode reger-se no médio prazo apenas pela lei da má concorrência, porque a dinâmica de mercado – como nos ensinam autores clássicos como Mill ou Einaudi e hoje Sen, Stiglitz, Fitoussi, Luigino Bruni, Stefano Zamagni etc. – pode crescer e desenvolver-se somente por meio de uma acção cooperativa e competitiva conjunta que funcione bem.

Só assim se origina um mútuo benefício para os sujeitos, os corpos intermédios, os Estados envolvidos.

## NOTAS

(1) No capitalismo financeiro o darwinismo económico diminui como lei o conceito de “struggle for life and death” (luta pela vida e a morte).

(2) Avaliação do grau de risco de insolvência de um devedor (privado ou público) efetuado por uma sociedade especializada (agência de *rating*) que resume as suas análises em um voto (expressado em letras) dentro de uma escala de juízos. As agências de *rating* mais importantes são Moody's, Standart & Poor's e Fitch cada uma das quais elaborou escalas próprias de *rating*. Além dos emissores as agências classificam também específicos títulos obrigatórios. O *rating* é um indicador que permite individualizar o grau de risco de um emissor (e/ou de um título específico) e portanto o nível de prémio de risco pedido no mercado sobre aquele instrumento financeiro. Tenha-se em mente que os juízos das agências de *rating* não são das previsões mas das indicações de probabilidades de *default* calculados a partir da situação atual e passada. Além do mais há elemento de fricção grave que consiste no fato de que as agências de *rating* trabalham em conflito de interesses em quanto que são remuneradas pelos mesmos sujeitos sobre os quais formulam os juízos.

(3) *Spread* é uma palavra inglesa que significa “lixo” ou a margem bruta que o financiador (banco) aplica à taxa de juros (Euribor/ou taxa variável ou Eurirs/taxa fixa), para determinar a taxa de juros que o devedor deverá pagar ao devedor pelo capital emprestado.

(4) Palavra que vem do inglês medieval *dumpen*; difícil de traduzir. Isso mostra a prática comercial, adotada por um fabricante ou fornecedor, que consiste em vender um bem em um ou mais mercados estrangeiros a preços inferiores aos praticados no mercado de origem realizando uma concorrência desleal seja em relação aos produtores/exportadores locais seus concorrentes, seja aos produtores estrangeiros. O produtor que pratica o *dumping* às vezes é subsidiado pelo Estado. No caso aqui discutido a “subvenção” vem da especulação pelo comportamento da concorrência desleal praticado por Estados mais fortes aparentemente (mas isso é um outro tema)



# **TEMAS ACTUAIS**



## ABORTO: QUEM SEMEIA VENTOS...

Pedro Vaz PATTO\*

*Quem semeia ventos, colhe tempestades...* - Lembrei-me deste provérbio ao ler notícias recentes que mostram até onde pode chegar a lógica subjacente à legalização e liberalização do aborto.

Uma dessas notícias diz respeito ao aborto motivado pelo sexo do feto, quase sempre por este ser do sexo feminino. Já desde há vários anos que se vem alertando para o fenómeno, o qual vem alastrando sobretudo na China, na Índia e noutros países asiáticos. *A worldwide war against babygirls (Uma guerra de dimensão mundial contra as meninas bebés)* – era o título de um artigo da revista *The Economist* de Março de 2010. Calcula-se em cerca de 150 milhões o número de mulheres “a menos” nos países da Ásia. A difusão do aborto, associada ao uso de ecografias, está, evidentemente, na origem deste fenómeno (que cresceu significativamente nos últimos anos). As notícias mais recentes davam a conhecer que também nos países ocidentais se praticam abortos com essa motivação: um editorial da revista da associação de médicos do Canadá chega a sugerir a proibição de realização de ecografias; uma reportagem do *Daily Telegraph* revela que várias clínicas inglesas não colocam objecções a este tipo de abortos.

---

\* Juiz de Direito

Leis de vários Estados norte-americanos proíbem expressamente esta prática. Mas é duvidoso que tais leis (que também existem na China e na Índia) possam ter efectividade quando não há limites às razões que tornam legal o aborto; quando, por isso, nem sequer tais razões têm que ser divulgadas e conhecidas. E também há quem conteste a conformidade dessas leis à jurisprudência do Supremo Tribunal norte-americano a partir do caso *Roe v. Wade*, baseada na negação ao feto do estatuto de pessoa, com a consequente prevalência em absoluto do direito de liberdade de escolha da mulher em matérias tidas por atinentes à sua vida privada (*privacy*). Há quem, com este mesmo fundamento, justifique um aborto motivado pelo sexo do feto (que até pode ser do sexo masculino). Afinal, se o feto não tem o estatuto de pessoa, porque é que há-se ser protegido, e não discriminado, por ser do sexo feminino? E – poder-se-á também dizer – se os fetos portadores de deficiência não merecem essa protecção (em vários países cerca de noventa por cento daqueles em que é detectada a trissomia 21 são vítimas de aborto), porque hão-de merecê-la os fetos do sexo feminino?

O aborto, muitas vezes apresentado como um direito essencial à emancipação das mulheres, acaba por ser um instrumento ao serviço de ancestrais preconceitos contra a sua dignidade. O aborto lesa, assim, de uma maneira particular, o direito à vida de seres humanos do sexo feminino, precisamente por serem do sexo feminino. *Quem semeia ventos...*

Outra decorrência lógica da pretensa legitimação do aborto, baseada na negação ao feto do seu estatuto de pessoa, veio também ao de cima recentemente. Um artigo publicado numa influente revista de ética médica veio afirmar a legitimidade da morte intencional de crianças recém-nascidas quando elas possam representar um fardo para os seus pais ou a sociedade. Seria assim porque entre o feto e o recém-nascido não há diferenças substanciais, um e outro não têm

o estatuto de pessoas porque não têm capacidade de dar valor à sua existência.

Mas esse valor existe, mesmo quando os seus titulares dele não têm consciência. É precisamente quando, pela debilidade associada à idade, à doença ou deficiência, o ser humano não tem sequer a consciência do valor da sua existência, que mais se justifica o cuidado dos outros e a protecção da ordem jurídica.

Desta vez o clamor foi maior e (ao que julgo saber) quase unânime. Talvez porque, se a imagem do feto nem sempre é visível (também porque há quem pareça não querer que o seja), já é bem visível a imagem da criança recém-nascida, que em toda a pessoa sensível suscita ternura e enlevo. Mas também porque é com esta tese atingido um precioso legado civilizacional ainda bem vivo (fruto da revolução cristã, e ausente na antiguidade pagã, onde se aceitava o infanticídio e o abandono de recém-nascidos). Os autores da tese, perante a indignação que ela suscitou, viram-se na necessidade de afirmar que não pretendiam legalizar o infanticídio, mas apenas fazer um “exercício de lógica”.

Esse “exercício”, que revela até onde pode chegar a lógica da pretensa legitimação do aborto, pode ser um “mal que vem por bem”, pode servir para despertar a mentalidade corrente, para pôr em causa radicalmente essa lógica e para inverter a rota. Como na história de várias pessoas e povos que só quando “bateram no fundo” começaram a levantar-se.

# O FUNDAMENTALISMO ATEU<sup>1</sup>

Ives Gandra Martins<sup>2</sup>

Voltávamos, Francisco Rezeke eu, de uma posse acadêmica em Belo Horizonte, quando ele utilizou a expressão “fundamentalismo ateu” para se referir ao ataque orquestrado aos valores das grandes religiões que vivemos na actualidade.

Lembro-me de uma conversa telefônica que tive com o meu saudoso e querido amigo Octávio Frias, quando discutíamos um editorial que estava para ser publicado, sobre a Encíclica do Papa João Paulo II, do qual discordava quanto a alguns temas. Argumentei que a Encíclica era destinada aos católicos e que quem não o era, não se deveria preocupar. Com a sua inteligência, perspicácia e bom senso Frias manteve o editorial, mas acrescentou a observação

---

<sup>1</sup> Texto enviado por *Zenit.org*, em 18 de Janeiro, 2012

<sup>2</sup> Ives Gandra da Silva Martins é advogado tributarista, professor e prestigiado jurista brasileiro; acadêmico das: Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Academia Cristã de Letras e Academia de Letras da Faculdade de Direito da USP; Professor Emérito das universidades Mackenzie, CIEE/O, ECEME e Superior de Guerra - ESG; Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Roménia); Doutor Honoris Causa da Universidade de Craiova (Roménia) e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal).

de que o Papa, embora cuidando de temas universais, dirigia-se, fundamentalmente, aos que tinham a fé cristã.

Quando fui sustentar, pela CNBB, perante a Suprema Corte, a inconstitucionalidade da destruição de embriões para fins de pesquisa científica - pois são seres humanos, já que a vida começa na concepção - antes da minha intervenção fui hostilizado, a pretexto de que a Igreja Católica seria contrária a Ciência e que iria falar de religião e não de Ciência e de Direito. Fui obrigado a começar a argumentação informando que a Academia de Ciências do Vaticano tinha, na ocasião, 29 Prémios Nobel, enquanto o Brasil até hoje não tem nenhum, razão pela qual só falaria de Ciência e de Direito. Mostrei todo o apoio emprestado pela Academia às experiências com células tronco adultas, que estavam sendo bem sucedidas, enquanto havia um fracasso absoluto nas experiências com células tronco embrionárias. E, de lá para cá, o sucesso com as experiências, utilizando células tronco adultas, continua cada vez mais espetacular. Já as pesquisas com células embrionárias permanecem no seu estágio “embrionário”.

Trago estas reminiscências, de velho advogado provinciano, para demonstrar a minha permanente surpresa com todos aqueles que, sem acreditarem em Deus, sentem necessidade de atacar permanentemente os que acreditam nos valores próprios das grandes religiões que, como diz Toynbee, no seu “Estudo da História”, terminaram por conformar as grandes civilizações. Por outro lado, Thomas E. Woods Jr., no seu livro “Como a Igreja Católica construiu a civilização Ocidental” demonstra que, além dos fantásticos avanços na Ciência realizados por sacerdotes cientistas, a Igreja ofereceu ao mundo moderno o seu maior instrumento de cultura e educação, ou seja, a Universidade.

Aos que direccionam esta guerra ateia contra aqueles que vivem a fé cristã e cumprem o seu papel, nas mais variadas actividades, buscando a construção de um mundo melhor, creio que a expressão do ex-juiz do Tribunal de Haia é adequada. Só não se assemelham

aos “fundamentalistas” do Próximo Oriente, porque não há terroristas entre eles.

Num Estado, o respeito pelas crenças e pelos valores de todos os segmentos da sociedade é a prova de maturidade democrática, como, aliás, o constituinte colocou, no artigo 3º, inciso IV, da C.F, ao proibir qualquer espécie de discriminação.

## **LIBERDADE E LAICISMO – A QUESTÃO DA CRUZ\***

**Joseph WEILER**  
**António MARUJO**

**Um Estado que proíbe a cruz na parede também não é neutro.**

Judeu convicto, especialista em Direito Constitucional, Joseph Weiler defendeu perante o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos o direito de a Itália ter crucifixos nas paredes das escolas e o direito da França a não os ter. E diz que esse pluralismo europeu é que é bom. Ganhou por 15-2.

Tinha acabado cinco horas de aulas, pediu apenas um prato de batatas fritas, que foi petiscando enquanto conversava. Joseph Weiler, nascido em 1951, é um judeu convicto. O que não o impediu de defender a possibilidade de haver (ou não) crucifixos nas paredes das escolas. Virou a opinião do tribunal, dos anteriores 17 a favor de retirar os símbolos religiosos da parede, para uns claríssimos 15 contra. Apenas dois juízes mantiveram a decisão anterior. E adverte: nem a Itália nem a França são neutros em matéria religiosa. Mas ambos devem educar para o pluralismo.

Especialista em Direito Constitucional europeu, Weiler é professor da Católica Global School of Law, da Universidade Católica Portuguesa, e, por isso, vem a Portugal várias vezes por ano.

---

\* Entrevista já publicada no jornal «Público», há um ano (27/09/2011).

Tem publicado *Uma Europa Cristã* (ed. Príncipe). E publicará, até final do ano, um livro sobre o processo que condenou Jesus à morte. Nele defende que “o sentido de justiça, na civilização ocidental, provém do julgamento de Jesus”, explica ao P2. O Papa disse, no seu último livro, que os judeus não foram responsáveis pela morte de Jesus. Weiler, judeu, irá dizer o contrário. E explicar porquê.

### **Defendeu o crucifixo nas salas de aula italianas...**

Tive uma vitória famosa, 15-2...

### **Defendeu essa posição como jurista ou como judeu e crente, em solidariedade com outra fé?**

Depois da decisão, recebi centenas de *emails*. Muitos diziam “obrigado por defender o crucifixo”. Muitos outros, vindos da comunidade judaica, perguntavam: “Como pode o filho de um rabi defender o crucifixo?” A todos, aos que me felicitavam ou que me condenavam, respondi o mesmo: “Não defendi o crucifixo. Defendi o direito da Itália a ser Itália e o direito de França, onde a cruz é proibida, a ser a França.”

### **Ou seja, a possibilidade de leis diferentes...**

Acredito no valor do pluralismo nas relações entre a Igreja e o Estado, que existe na Europa, onde temos vários modelos: o modelo francês, o britânico, o alemão, etc. Isso é parte da força da civilização europeia. A decisão da câmara, por 17 contra zero, dizendo que a Itália estava a violar a Convenção Europeia por ter uma cruz nas salas de aula, parecia-me tão drástica que forçaria todos a ser como França. Isso parecia-me completamente contra o pluralismo e tolerância que existe na Europa.

### **E escreveu o editorial no *European Journal of International Law*...**

*Sim. Dizendo que era uma decisão terrível. Como podia o*

*tribunal decidir que a tradição na Grã-Bretanha, na Alemanha, em Malta, na Grécia ou na Dinamarca era contra os direitos humanos e a Convenção Europeia de Direitos Humanos? Perguntaram-me se queria ir ao tribunal. Concordei, com uma condição: seria pro bono, não queria que dissessem: “Olha o judeu, por dinheiro até é capaz de defender a cruz”. [ri] Decidi fazê-lo, porque acreditava que era a atitude certa.*

### **Não foi só a Itália a defender essa posição.**

Oito estados intervieram, convidando-me. A Itália defendeu a própria posição. O facto de ser judeu é irrelevante. Sou constitucionalista praticante e tal parecia-me errado, no âmbito da Convenção Europeia de Direitos Humanos. Há duas coisas mais importantes, que me parecem erradas, no âmbito da Convenção e que me ajudaram a reagir: estou verdadeiramente cansado do argumento, repetido à exaustão, de que o Estado é neutro, em matéria religiosa, quando não permite o crucifixo na parede.

### **E não é assim?**

Tentei convencer a câmara de que esse é um argumento errado. Se o Estado quer que a cruz esteja na parede, não é neutro. De certa maneira, é tomar uma posição sobre a importância do cristianismo na identidade do país. Ou seja, há algo na identidade do país que se quer valorizar com a cruz na parede e essa não é uma posição neutral.

Mas quando o Estado, como em França, proíbe a cruz, não está a ser neutro. Porque não há uma parede nua, vazia. Qualquer coisa pode ser colocada na parede: se amanhã houver uma maioria comunista, podem dizer que em todas as escolas tem que haver uma foice e um martelo.

### **Podem?**

Sim, e não há nada na Constituição que o impeça: pode ter uma fotografia de Karl Marx na parede, pode ter um sinal de paz, uma posição ecológica... De facto, em todas as escolas primárias de França, está escrito: *Liberté, égalité, fraternité*- o *slogan* mobilizador da Revolução Francesa. Eu gosto disso, mas não é neutro. Se for monárquico, não é neutro, seguramente. Qualquer símbolo é permitido nas paredes: Karl Marx e Groucho Marx; o sinal de paz, a foice e o martelo, o símbolo “nuclear não”. Há apenas um que não é permitido: a cruz, um símbolo religioso. Como é que isso é neutro?

### **Nem a estrela de David nem o crescente islâmico...**

Sim... As crianças podem ir para a escola e usar uma *t-shirt* com uma fotografia de Che Guevara, podem ter escrito *Love and Peace*, podem ter um insulto a George Bush, qualquer posição política ou ecológica, podem levar o triângulo cor-de-rosa pelos direitos dos *gays*. A única coisa que não podem levar é a cruz, a estrela de David e o crescente.

### **Nem podem vestir o *chador*...**

Não... Isso não é ser neutro, é dar uma mensagem clara às crianças: tudo é permitido, excepto um símbolo religioso.

Na minha arguição, não disse que a França viola a Convenção Europeia por ter essa regra. Na tradição europeia, o Estado laico é uma opção respeitável. Mas não pretendam que seja neutro. Ele diz que tudo é permitido, excepto a cruz ou a estrela de David, e está a dar uma mensagem sobre religião.

No sistema italiano, apesar da cruz, há um dever educacional de respeitar os ateus e outras religiões. No sistema francês, onde se proíbe a cruz nas paredes mas se permite tudo o resto, há o dever de explicar aos estudantes que, apesar de se permitirem todos os símbolos excepto os religiosos, se deve ensinar o respeito pelos crentes. Nenhum dos sistemas é neutro. Em ambos está implícita uma

espécie de preconceito. E em ambos é tarefa do sistema educativo contrabalançar as coisas para que a escola não ensine o preconceito mas a tolerância.

### **Esse era o seu primeiro argumento...**

O segundo era: acreditamos na autodeterminação como direito fundamental. Acreditamos no direito de os britânicos serem britânicos e de os irlandeses serem irlandeses. A razão por que temos a Irlanda independente da Grã-Bretanha, em 1921, é porque os irlandeses são diferentes dos ingleses.

Como podemos imaginar a identidade irlandesa sem o catolicismo? No preâmbulo da Constituição irlandesa, diz: “Acreditamos que o Divino Senhor Jesus Cristo é a fonte de todo o dever, justiça e verdade.” Isto é o que são os irlandeses. O que vamos dizer-lhes? Não permitimos um sentido de nacionalidade que tem um tal conteúdo religioso?

O que é bonito na Europa, mesmo apesar da Constituição irlandesa, é que não há discriminação por causa da religião. Um judeu pode ser primeiro-ministro. Como um muçulmano ou um ateu. E aceitará que é impossível falar da identidade irlandesa sem o catolicismo e a cruz. Para o bem e o mal.

### **Mas é possível também que as sociedades mudem?**

Mas compete às sociedades mudar. Na minha arguição - que é curta, eu só tinha 20 minutos -, dizia que, se um dia os ingleses decidirem deixar de ter o Anglicanismo como religião oficial, podem fazê-lo. Não é um país religioso, a maior parte dos britânicos não é religiosa. Mas faz parte da sua identidade.

Os suecos mudaram a Constituição e decidiram que a Igreja Luterana deixaria de ser a religião estabelecida no país. Mas foram eles que definiram a sua identidade sueca, não foi Estrasburgo. Não compete a Estrasburgo dizer que eles não podem ter uma cruz na bandeira. Eles deixaram de ter a Igreja oficial mas mantiveram a

obrigação de o rei ser um luterano. O símbolo do Estado tem que ser um luterano.

**Na sua arguição, afirmou também que este é um conflito entre o direito individual e o Estado. No caso italiano, tratou-se precisamente de uma mãe ofendida pela presença da cruz...**

Em muitos casos, temos um conflito entre diferentes direitos fundamentais. O hino nacional inglês é uma oração: “God Save the Queen”, dá-lhe vitórias e glórias. Na escola, canta-se o hino nacional. E se houver um estudante que diz “sou ateu, não creio em Deus e não quero cantar uma oração”? O direito individual estará comprometido se a escola forçar esse estudante a cantar o hino nacional e se o ameaçar de expulsão. Ninguém pode ser forçado a fazer um acto religioso, uma oração, mesmo quando não acredita...

**Pode ser um republicano...**

Claro, não tem que dizer “Deus salve a rainha”. Isso eu aceito. Mas não aceito que esse estudante ou a sua mãe digam que mais ninguém deve cantar o hino. É um compromisso simpático: ele tem o direito de ficar em silêncio, os outros o direito de cantar. E todos têm direito à liberdade religiosa.

A minha mãe cresceu no Congo Belga. A única escola para brancos era um convento católico. Os pais dela fizeram um acordo com as freiras: cada vez que elas dissessem Jesus, a minha mãe diria Moisés. É um bom compromisso.

Não podemos permitir que a liberdade de [ter ou não] religião ponha em causa a liberdade religiosa. Temos que descobrir a via média. E essa é dizer não, se alguém quiser forçar outro a beijar ou a genuflectir perante a cruz. Mas, se houver uma cruz na parede, direi aos meus filhos que vivemos num país cristão. Somos acolhidos, não somos discriminados. A Dinamarca tem uma cruz na bandeira, a Inglaterra e a Grécia igual. Vamos pedir que, por causa da liberdade religiosa, tirem a cruz das bandeiras? Absurdo!...

### **É por causa disso que fala de argumentos iliberais?**

Sim, porque o ponto de vista liberal é, muitas vezes, iliberal. As pessoas falam de liberdade religiosa, mas, de facto, muitas vezes é cristofobia. Não é neutralidade, é antes porque não gostam do cristianismo e da Igreja. Sei porquê: a Igreja tem uma história complicada...

### **É também por causa disso?**

Claro. Compreendo, mas não devemos mascarar os factos. Vivemos numa sociedade em que algumas pessoas são religiosas, outras não. A questão é como vivemos juntos. Não podemos pretender que, se negarmos todas as religiões no espaço público, isso é neutro. É o que faz a França, mas não é o único modo de o fazer.

### **Então deveria ser possível ter uma cruz na sala de aula e educar os estudantes para o pluralismo?**

Absolutamente. Seria uma lição de pluralismo. Porque diríamos: apesar de ter uma cruz na sala de aula ou uma cruz nas bandeiras, permitimos que um primeiro-ministro seja muçulmano ou judeu. A Itália teve primeiros-ministros, generais e ministros judeus.

Na Grã-Bretanha, o chefe de Estado é o chefe da Igreja, há uma Igreja de Estado, o hino nacional é uma oração. Quem diria que o país não é tolerante? É o país de eleição para muitos muçulmanos emigrantes. O facto de haver uma identidade religiosa e uma prática de não-discriminação é um sinal de uma sociedade pluralista e tolerante.

**De certa maneira, a Grã-Bretanha com a cruz é mais pluralista e tolerante do que a França, sem a cruz. Porque na Grã-Bretanha, apesar de afirmar a identidade religiosa do Estado, é não discriminatória em todos os aspectos da vida. Financia escolas anglicanas, mas também católicas, judias, muçulmanas e seculares. Os países laicos financiam escolas seculares, mas não escolas religiosas. Quem é mais tolerante e pluralista?**

**Evocou a herança cristã da Europa, debatida a propósito da Constituição Europeia. Se ela tivesse avançado, também devia referir a herança judaica e muçulmana e a Revolução Francesa?**

**Deveria ter uma referência às raízes cristãs.**

**E judaicas e muçulmanas. Na Península Ibérica, por exemplo...**

Na Europa, também há vegetarianos. É uma questão de grau. Temos que mencionar judeus, muçulmanos, *baha'ís*? Eu também falaria de raízes judaicas e muçulmanas na cultura hispânica. Mas, na Europa, a maior parte é cristã. Não falaria de raízes cristãs no Egipto, mesmo havendo uma minoria cristã no país.

De um ponto de vista cultural, o cristianismo jogou um papel decisivo na definição da civilização europeia. Para o bem e para o mal. As raízes cristãs são também a Inquisição, judeus queimados. Quando eliminamos as raízes cristãs, obliteramos também a memória das coisas más que a cristandade fez.

Não há uma cidade na Europa sem uma catedral, onde o museu não esteja cheio de pintura sacra. E os direitos humanos não derivam apenas da Revolução Francesa, derivam da tradição judaico-cristã. Porque queremos negar isso? O que se vê no Prado, no Museu Gulbenkian? *Madonna con bambino*... Isso não é a Europa? É um absurdo.

**É possível coexistir a laicidade francesa e outros modelos?**

Claro, essa é a riqueza da Europa. A Europa lidera pelo exemplo, não pela força. Gostaríamos que por todo o mundo houvesse democracias pluralistas e tolerantes. Que possibilidades há de persuadir alguns países muçulmanos a abraçar o pluralismo se dissermos que a religião deve ficar na esfera privada?

Podemos dizer à Arábia Saudita: podem tornar-se uma democracia, reconhecer os direitos humanos e manter a vossa identidade

muçulmana. Reparem no que se passa na Grã-Bretanha, reparem no pluralismo europeu: há um modelo francês, um britânico, um grego. Não somos apenas como os franceses.

**Tem amigos entre os católicos conservadores, mas também defende os direitos dos homossexuais, o que não é simpático para esses católicos...**

Que posso eu fazer? Vieram ter comigo, quando começaram a falar dos direitos dos homossexuais. A questão não era o casamento homossexual, mas porque têm os homossexuais de ser discriminados? Não há razão para isso.

Mesmo hoje, ensino os meus alunos como crente, mas digo-lhes: ninguém deve perder o emprego por ser homossexual, a ninguém deve ser negado alojamento por ser homossexual. Nos campos nazis, exterminaram os judeus e os homossexuais. Não posso esquecer isso.

## **PROSTITUIÇÃO: UTOPIA OU OUSADIA?**

**Pedro Vaz Patto**

A ministra francesa dos direitos da mulher anunciou o propósito do seu governo de abolir a prostituição. Trata-se de seguir o chamado “modelo sueco”, que vigora desde 1999 e assenta na punição do proxenetismo e também do cliente de serviços de prostituição; no apoio à reinserção social das mulheres prostitutas; e no esforço pedagógico no sentido de essa prática passar a ser encarada como um atentado aos direitos humanos. Esse modelo é hoje também seguido pela Noruega (desde 2008) e pela Islândia (desde 2009).

A proposta não recolhe, como seria de esperar, um apoio unânime. Os argumentos contra este tipo de propostas são recorrentes: há que reconhecer a liberdade de a pessoa dispor do seu corpo; sempre haverá prostituição, que é um mal necessário até para evitar a violência sexual; mais vale regulá-la para reduzir os danos próprios da clandestinidade.

Mas também são significativas, e diversificadas, as vozes que apoiam esta proposta.

Uma delas vem de um portal dedicado à divulgação da visão de João Paulo II sobre o amor e a sexualidade ([www.theologieducorps.fr](http://www.theologieducorps.fr)). Apesar de ser também clara nesse portal a rejeição de outras

propostas do governo socialista (como a legalização da eutanásia e do casamento e adopção por pares do mesmo sexo), nele se afirma o apoio claro a esta proposta. Invoca-se a dignidade da pessoa como um limite à liberdade; a liberdade não pode servir para renunciar à dignidade (como o reconheceu o Tribunal dos Direitos do Homem a propósito de um célebre jogo de feira que consiste em atirar uma pessoa anã como se fosse um qualquer objecto de arremesso). É de duvidosa autenticidade a expressão de liberdade de quem se prostitui (como de quem vende os seus próprios órgãos), na grande maioria dos casos sob pressão de graves dificuldades sócio-económicas. Encarar a prostituição como um mal necessário é fazer da mulher que se prostitui a vítima sacrificial da violência dos homens.

Uma proposta deste tipo também recebeu apoio da revista *Famille Chrétienne* ([www.famillechretienne.fr](http://www.famillechretienne.fr), 7/5/2011). Em Itália, a associação Papa João XXIII, que, desde a sua fundação pelo Pe. Oreste Benzi, apoia a reinserção social e familiar de mulheres vítimas da prostituição, também se pronunciou a favor da proposta do governo francês (*Avvenire*, 10/7/2012).

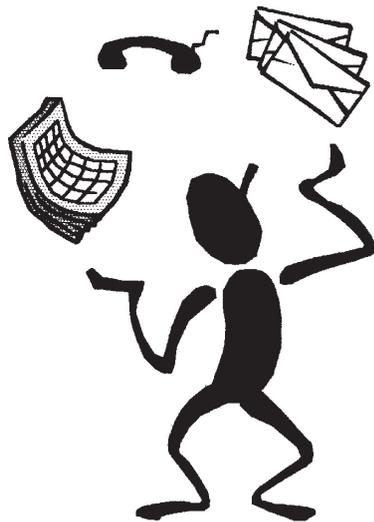
Mas não deve pensar-se que apoios a este tipo de propostas vêm sobretudo de sectores católicos.

A associação *Abolition 2012* reúne 45 movimentos, sobretudo feministas, mas também de apoio social às mulheres prostitutas (entre outros, *Le Mouvement du Nid*, de que é congénere o *Ninho*, activo em Portugal desde há várias décadas), e parlamentares de vários partidos, sobretudo de esquerda. No seu manifesto, esta associação denuncia a prostituição como uma forma de violência e de exploração, baseada no ancestral domínio do homem sobre a mulher e dos ricos sobre os pobres. O consentimento não é, na prostituição, livre, mas sujeito a esse domínio.

Nesta mesma linha, um outro manifesto *Éradiquer la*

*prostitution? Non, l'abolir* (ver [www.mediapart.fr](http://www.mediapart.fr), 7/7/2012), cuja primeira subscritora é a filósofa Sylvianne Agacinsky, considera a proposta como um avanço civilizacional, pois pretende pôr cobro a uma prática que é expressão de uma ordem arcaica que permite a imposição de uma relação sexual pela força do dinheiro, que garante ao homem com poder económico uma mulher à sua inteira disposição para satisfazer os seus desejos. Como não pode “roubar-se” um corpo, também não pode “vender-se” um corpo.

Apontam os críticos do sistema sueco o facto de ele não ter feito desaparecer a prostituição, que se mantém de forma clandestina e mais escondida. Mas também nos países que legalizaram a prostituição a clandestinidade não desapareceu (além do mais, para evitar o pagamento de impostos ou manter o anonimato). Os relatórios do governo sueco atestam uma diminuição da prostituição para cerca de metade, o êxito dos programas de reinserção social e o desvio das redes de tráfico para outros países. Será utópico pensar que a prostituição será abolida apenas por causa da punição dos clientes, sem o apoio à reinserção social e sem a transformação de mentalidades. O sistema penal nunca fez, por si só, desaparecer a prática de crimes (já é bom que a contenha dentro de limites aceitáveis). Mas estas leis apontam para o caminho certo, um caminho semelhante ao que levou à abolição da escravatura, prática que durante muito tempos também foi vista como inevitável.



**NOTÍCIAS**  
**E**  
**COMENTÁRIOS**



## 1. O ABORTO PROVOCADO EM GRAVIDEZES DE RISCO

Foi publicada há pouco, pela Pontifícia Universidade do Sagrado Coração, uma notável tese de doutoramento em Teologia com o título «*O aborto provocado em gravidezes de risco – dilemas éticos no cancro e gravidez*». O seu autor, Miguel de Castro Caldas Cabral, actualmente sacerdote da Prelatura da Santa Cruz e Opus Dei (desde Maio de 2010), tem um percurso digno de realce no domínio da investigação médica. Licenciou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1995. Exerceu a sua actividade clínica principalmente nos Hospitais da Universidade de Coimbra e no Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil – Coimbra (<http://www.croc.min-saude.pt/?vm=r&s=1>), onde desenvolveu um projecto de investigação clínico-laboratorial na área das doenças oncológicas: “Detecção de mutações no gene BRCA1 em doentes com história pessoal e familiar de cancro da mama”. Em 2003, realizou um estágio clínico no Departamento de Oncologia da Clínica Universitária de Navarra, em Espanha (<http://www.cun.es/en>). Concluiu a especialidade de Oncologia Médica em 2004.

Foi membro consultivo do Conselho Regional da Ordem dos Médicos do Centro, nos anos de 1998 a 2001. Em 1998 tornou-se sócio fundador da “Associação de Defesa e Apoio da Vida-Coimbra” (<http://www.adav.coimbradigital.net/>), que tem por finalidade o apoio à família e a defesa e promoção da vida humana.

Em 2005 interrompeu a sua actividade médica para estudar teologia, em Roma. Em 2009 licenciou-se em Teologia Moral na

“Pontificia Università della Santa Croce” (<http://www.pusc.it/>). Na mesma Faculdade de Teologia, em 2011, defendeu a tese de doutoramento com o tema referido no início da notícia - «*O aborto provocado em gravidezes de risco médico: dilemas éticos no cancro e gravidez*».

Pelo seu interesse, incluímos a seguir o **Resumo** da tese:

*Se existem situações médicas complexas cujo tratamento adequado compromete a evolução da gravidez e pode causar a morte do feto, poderia parecer que uma atitude de proibição total de uma intervenção médica desta natureza estaria privada de humanidade. Por essa razão, são muitos os que consideram que nalgumas situações médicas graves é lícito recorrer ao aborto. Mas, por outro lado, católicos e outras pessoas de boa vontade não admitem excepções ao princípio da inviolabilidade da vida humana inocente.*

*Como intervir nos casos de gravidez de risco médico? Quais seriam as razões médicas para abortar? O que disse a tradição e o magistério da Igreja sobre o assunto? Que soluções morais dá a teologia católica? É possível que a medicina evoluída do século XXI não consiga dar respostas terapêuticas que, no contexto duma gravidez de risco, permitam preservar a saúde materna sem comprometer a saúde e a vida do filho em gestação?*

*Depois de uma panorâmica mais global dos dilemas éticos da gravidez de risco médico, o autor estuda com especial profundidade a associação do cancro na gravidez que, sem dúvida, pode representar um problema clínico complexo e uma situação dramática para a mulher e a sua família. A pouca frequência desta associação, a ausência de dados científicos relevantes e o medo de assumir riscos tem levado a que em muitos casos se recomende o aborto terapêutico. Mas também existem cada vez mais evidências que demonstram ser possível adaptar a abordagem diagnóstica e terapêutica destas pacientes, sem comprometer o prognóstico materno e a saúde da criança.*

*Sem dúvida que nalguns casos a opção de prosseguir a gravidez adquire um carácter especialmente difícil e doloroso mas provocar o aborto, independentemente dos motivos, nunca pode ter a última palavra e existe sempre o dever de buscar opções terapêuticas dignas da ética médica, quer dizer, respeitadoras da vida da gestante e do feto. De facto, pensamos que a nossa investigação permite-nos afirmar que o cancro não se cura com o aborto e não tem sentido, nem sequer do ponto de vista científico, incluir o aborto na abordagem terapêutica duma gravidez associada ao cancro.*

(Contacto - Email: [miguelccc@gmail.com](mailto:miguelccc@gmail.com))

## **2. DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTALISMO\***

Ahmad, Malika, Sara, Nima, Toufik, Maryam, Jasvinder e muitos outros jovens procedentes de países predominantemente muçulmanos, como Marrocos, Irão, Iraque, Somália e Paquistão, mas residentes na Europa, não se conheciam até dois anos atrás. Agora, tornaram-se membros de uma rede de pessoas que acreditam nos mesmos valores e, mais importante, viraram uma comunidade de amigos.

O que os une e fortalece é a meta de serem cidadãos europeus em primeira instância. Reuniões em várias partes do continente levaram-nos a elaborar um manifesto que revela o seu compromisso e o seu respeito pelos direitos humanos universais, sem “se” e sem “mas”. Em tempos de extremismo islâmico, é cada vez mais necessário

---

\* Enviado por ZENIT.org, em 19 de Junho. A rede Nova Geração Europeia é uma rede de protecção dos direitos humanos, formada inicialmente por jovens muçulmanos residentes na Europa, que não temem o fundamentalismo e pretendem formar os jovens recém-chegados na condenação do extremismo e no abandono de práticas desumanas.

encontrar os muçulmanos, praticantes ou laicos, que promovem a integração e a coexistência pacífica.

A rede Nova Geração Europeia representa uma alternativa a todos os grupos e associações que pretendem que os muçulmanos vivam na Europa como indivíduos fora de contexto. Os membros da rede não perderam o contacto e o vínculo com os seus países de origem e com as suas tradições, mas são modelos de integração: falam fluentemente o idioma do país em que escolheram viver e gerem associações que abordam entre outros temas as problemáticas das mulheres imigrantes, principalmente as vítimas de crimes de honra e de casamentos forçados.

Por exemplo, Sara Mohammad preside na Suécia a associação “Não se esqueça de Pela e Fadime”, duas vítimas de crimes de honra em território sueco, enquanto Ahmad Mansour, em Berlim, trabalha na formação de jovens rapazes, a maioria marroquinos e turcos, para ajudá-los a abandonar a tradição da “honra” assim entendida.

O manifesto revela a coragem dos jovens: eles dizem não a comunidades paralelas, não à poligamia, não à mutilação genital feminina, não ao casamento arranjado, não às conversões forçadas, não à guerra santa, não ao assassinato em nome da religião e da tradição. Sim à liberdade e à sacralidade da vida. Não usam meias palavras: os direitos humanos são universais ou não são direitos.

A rede ainda está em sua infância, mas colhe adesões. Resta ouvir essas vozes e torná-las conhecidas, já que elas são as principais vítimas do extremismo islâmico que se aninha também na Europa. Quando não escolhermos mais como interlocutores os auto-proclamados representantes do islamismo, religião que por definição não tem clero nem autoridade suprema semelhante ao papa, mas sim os muçulmanos que vivem e trabalham ao nosso lado para melhorar a sociedade em que vivemos juntos, só então poderemos olhar com confiança para uma Europa modelo de integração.

Reproduzimos a seguir o Manifesto da Nova Geração Europeia.

*Somos activistas, intelectuais e cidadãos comuns, muitos de nós muçulmanos, que compartilham um compromisso com a integração dos cidadãos e residentes europeus de origem estrangeira ou muçulmana.*

*Acreditamos que a coexistência pacífica nas nossas comunidades, cada vez mais caracterizadas pela diversidade, passa pelo respeito pelos valores universais dos direitos humanos, da liberdade e da democracia, que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, garantem a paz e a prosperidade na Europa. Juntos, reconhecemos que estes valores são o ponto de partida para garantir aos europeus de origem estrangeira ou muçulmana a igualdade dos direitos e a plena participação na sociedade.*

*Antes de ser membros de um grupo, somos indivíduos. Existe uma tendência crescente a identificar os europeus de origem estrangeira ou muçulmana com a sua filiação religiosa. Preocupa-nos o risco de que esta visão os reduza a membros de um grupo, diminuindo a sua singularidade como indivíduos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia baseiam-se no elemento fundamental do respeito pelo indivíduo. Acreditamos que a garantia dos direitos do indivíduo, mais do que dos direitos coletivos, é um princípio fundamental que deve guiar a nossa integração.*

*O princípio da igualdade independentemente de raça, religião, origem étnica, género ou orientação sexual é incompatível com pedidos de direitos distintos baseados em justificativas religiosas e culturais na esfera pública europeia.*

*A integração deve enfatizar tanto os direitos quanto as responsabilidades. Nosso compromisso visa alcançar uma integração plena dos europeus de origem estrangeira ou muçulmana, que prevê*

*os mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades de todos os outros europeus.*

*Rejeitamos a formação de comunidades paralelas que rechaçam a autoridade do Estado. Neste espírito, avaliamos como fundamental que os imigrantes na Europa aprendam a língua do país anfitrião, respeitem os seus valores democráticos e observem as leis do território. Para que esses valores sejam partilhados, eles devem ser ensinados de maneira profunda e permanente.*

*Devemos lutar contra a intolerância protegendo ao mesmo tempo a liberdade. A nossa posição é claramente oposta aos discursos de ódio e a qualquer generalização humilhante do “outro”. Devemos lutar contra os estereótipos antimuçulmanos, anti-semitas, racistas, homofóbicos, contra as práticas de perseguição e violência, contra o ódio ao ocidente, contra as incitações à guerra “santa” e contra os assassinatos em nome da religião ou da tradição.*

*Ao mesmo tempo, é necessário defendermos o respeito pela liberdade de expressão e de pensamento. O medo de ofender não deve sufocar o debate aberto sobre as diferenças culturais e sobre o papel da religião na sociedade. Apoiamos e defendemos o direito de todo indivíduo de escolher suas próprias crenças e seu estilo de vida, incluído o direito de não crer.*

*Rejeitamos práticas contrárias aos princípios fundadores da União Europeia. Opomo-nos a qualquer forma de coerção e de violência dentro e fora do núcleo familiar, que prejudique a liberdade de escolha individual e a igualdade dos direitos, nomeadamente os crimes de honra, a violência doméstica, a mutilação genital feminina, os casamentos arranjados, as conversões forçadas e a poligamia. Rejeitamos qualquer forma de segregação de homens e mulheres, meninos e meninas. Estamos empenhados em proteger a liberdade das crianças para desenvolverem a sua personalidade e as suas opiniões através do encontro com outros jovens e da participação regular em actividades sociais.*

*A autoridade suprema para os assuntos jurídicos continua a ser o sistema judicial nacional, projetado para expressar a vontade dos cidadãos e para assegurar a igualdade de direitos do indivíduo. Todos os cidadãos e residentes, independentemente da sua religião ou origem étnica, devem ter igual acesso à justiça civil e criminal.*

*As circunstâncias atenuantes de um crime cultural ou religioso não devem jamais justificar a violência contra a sacralidade do indivíduo. Rejeitamos as leis religiosas concebidas como sistema jurídico paralelo: o direito primário de qualquer país deve sempre apoiar-se no processo democrático.*

*Lançamos o nosso apelo para que todos os europeus se unam aos nossos esforços em prol da integração, como base para promovermos a aceitação e tolerância entre nós. Exortamos os políticos da União Europeia, de cada país e de cada lugar a apoiarem os nossos esforços. Numa Europa caracterizada por uma crescente polarização e por tensões culturais e religiosas, é fundamental, mais do que nunca, destacar a importância da sacralidade da vida e da dignidade do indivíduo como nossa base comum.*

*(texto de Valentina Colombo; trad. ZENIT e A. M.)*

### **3. CRISTIANISMO NAS ORIGENS: NOVOS DADOS**

#### **Livros de bronze numa Gruta da Jordânia<sup>1</sup> Aspectos de um dos livros em análise**

Numa gruta de Saham, Jordânia, localizada numa colina com vista para o Mar da Galiléia, foram encontrados 70 li-

---

<sup>1</sup><<http://4.bp.blogspot.com/-cguzeHL0mE4/Tay10DFoAZI/AAAAAAAA-AKhM/whI6MOd7iVQ/s1600/Livrosdebronze02800.jpg>>

vros do século I da era cristã que, segundo as primeiras avaliações, contêm as mais antigas representações do cristianismo. Os livros têm a peculiaridade de serem gravados em folhas de bronze presas por anéis metálicos. O tamanho das folhas vai de 7,62 x 50,8 cms a 25,4 x 20,32 cms. Em média, cada livro tem entre oito e nove páginas, com imagens na frente e no verso. Segundo o jornal britânico “Daily Mail”, 70 códices de bronze foram encontrados entre os anos 2005 e 2007 e as peças estão sendo avaliadas por peritos em Inglaterra e na Suíça<sup>2</sup>.

A cova fica a menos de 160 quilómetros de Qumran, a zona onde se encontraram os rolos do Mar Morto, uma das maiores evidências da historicidade do Evangelho, informou a agência ACI Digital (<<http://acidigital.com/noticia.php?id=21521>>).

Importantes documentos do mesmo período já haviam sido encontrados na mesma região. A gruta onde foram encontrados será possivelmente o local onde ter-se-iam refugiado os cristãos de Jerusalém, no ano 70 d.C., durante a destruição da cidade pelas legiões de Tito, que afogaram em sangue uma revolução de judeus que queriam a independência. Cumpria-se então a profecia relativa à destruição de Jerusalém e à dispersão do povo judaico.

Segundo o “Daily Mail”, os académicos, que estão convencidos da autenticidade dos livros, julgam que é uma descoberta tão importante quanto a dos manuscritos do Mar Morto em 1947. Nelas, há imagens, símbolos e textos que se referem a Jesus Cristo e à sua Paixão.

David Elkington, especialista britânico em arqueologia e história religiosa antiga, foi um dos poucos que examinaram os livros. Para ele, tratar-se-ia de uma das maiores descobertas da história do Cristianismo.

---

<sup>2</sup> <<http://www.dailymail.co.uk/sciencetech/article-1371290/70-metal-books-Jordan-cave-change-view-Biblical-history.html>>.

“É uma coisa de cortar a respiração pensar que encontrámos estes objectos deixados pelos primeiros santos da Igreja”, disse ele<sup>3</sup>.

Na época, era São Simeão, bispo de Jerusalém. Com efeito, na época da desastrosa rebelião judaica, o bispo de Jerusalém era São Simeão, filho de Cleofás (irmão de São José) e de uma irmã de Maria. Por isso, São Simeão era primo direito de Jesus Cristo e pertencia à linhagem real de David.

Quando o apóstolo Santiago, “O Menor” (primeiro bispo de Jerusalém) foi assassinado pelos judeus que continuavam seguidores da Sinagoga, os Apóstolos que ficaram, em rotura com o passado, escolheram Simeão como sucessor e ele recebeu o Espírito Santo em dia de Pentecostes.

Os primeiros cristãos lembravam com fidelidade o anúncio feito por Nosso Senhor de que Jerusalém seria destruída e o Templo arrasado. Porém, não sabiam a data. O santo bispo foi alertado pelo Céu da iminência do desastre e de que deveriam abandonar a cidade sem demora. São Simeão conduziu os primeiros cristãos à cidade de Pella, na actual Jordânia, como narra Eusébio de Cesareia, Padre da Igreja.

Após o arrasamento do Templo, São Simeão voltou com os cristãos que se reestabeleceram sobre as ruínas. O facto favoreceu o florescimento do Cristianismo e a conversão de numerosos judeus pelos milagres operados pelos santos<sup>4</sup>

Os livros geraram muita disputa. Assim, começou a reconstituir-se uma comunidade de judeus fiéis à plenitude do Antigo Testamento e ao Messias Redentor aguardado pelos Patriarcas e anunciado pelos Profetas. Porém, o imperador romano Adriano mandou arra-

---

<sup>3</sup> (<[http://3.bp.blogspot.com/-ZIf7hAFYuyM/Tay3juSONdI/AAAAAAAAAKhY/neyp\\_VL8cug/s1600/SaoSimeao%252CbispodeJerusalem.jpg](http://3.bp.blogspot.com/-ZIf7hAFYuyM/Tay3juSONdI/AAAAAAAAAKhY/neyp_VL8cug/s1600/SaoSimeao%252CbispodeJerusalem.jpg)

<sup>4</sup> (<[http://2.bp.blogspot.com/-Y2n8q23Q6T4/Tay11ZHCUYUI/AAAAAA-AKhU/NUtYf1\\_1Fu/s1600/Livrosdebronze07800.jpg](http://2.bp.blogspot.com/-Y2n8q23Q6T4/Tay11ZHCUYUI/AAAAAA-AKhU/NUtYf1_1Fu/s1600/Livrosdebronze07800.jpg)

sar os escombros da cidade, e o mesmo fizeram os seus sucessores pagãos, Vespasiano e Domiciano, que mandaram matar a todos os descendentes de David.

São Simeão fugiu. Mas, durante a perseguição de Trajano, foi crucificado e martirizado pelo governador romano Ático. São Simeão recebeu corajosamente o martírio quando tinha 120 anos. (cf. ACI Digital, indicado atrás). Emociona pensar que esses heróicos cristãos judeus tenham deixado para a posteridade o testemunho da sua Fé inscrito em livros tão trabalhados.

Philip Davies, professor emérito de Estudos Bíblicos da Universidade de Sheffield, disse ser evidente a origem cristã dos livros que incluem um mapa da cidade de Jerusalém. No mapa é representada o que parece ser a balaustrada do Templo, mencionada nas Escrituras.

“Assim que eu vi fiquei estupefacto”, disse. “O que me impressionou mais, foi ver uma imagem evidentemente cristã: Há uma cruz na frente e, atrás dela, há o que deve ser o sepulcro de Jesus, quer dizer, uma pequena construção com uma abertura e, mais no fundo, ainda os muros de uma cidade”. “Noutras páginas destes livros também existem representações de muralhas que, quase de certeza, reproduzem as de Jerusalém. E há uma crucifixão cristã acontecendo fora dos muros da cidade”, acrescentou.

## ACÇÃO MÉDICA HÁ 50 ANOS

Dois trabalhos de bem diversa índole ocupam a maior parte do fascículo respeitante a Julho – Setembro de 1962: um, de história da Medicina, trata da “Saúde Pública entre os hebreus” e é da autoria do Dr. Fernando da Silva Correia; o outro, do operoso Director da revista, Dr. José de Paiva Boléo, está centrado sobre “A eutanásia e o sofrimento humano”. O primeiro artigo reflecte a cultura e a capacidade de estudo do ilustre higienista que o subscreve, mas não nos parece suscitar o interesse que merece a contribuição do Dr. Paiva Boléo, bem actual numa época em que os proponentes da eutanásia insistem sobretudo no alegado direito a morrer e na autonomia individual como poderosos argumentos para a legalização da morte provocada pelo médico, como resposta a um insistente pedido de um doente consciente e capaz. Paiva Boléo enuncia, de forma clara e sucinta, os argumentos que desmontam a tese, da lógica (não decidimos nascer, não podemos decidir morrer) aos de carácter médico (não há sofrimento nem dor que não tenha solução médica, mesmo que tal medida acarrete um encurtamento involuntário da vida) e aos teológicos (o Senhor da vida é também o Senhor da morte). O Autor resume ainda o notável magistério de Pio XII no que concerne ao sofrimento e à terapia analgésica, lembrando que o sofrimento nada vale, por si só, se não houver a intenção de perfeição, e pode mesmo constituir um impedimento para a oração e para a elevação do espírito.

Segue-se um relato sobre o 10º Congresso Internacional dos Médicos Católicos, realizado em Londres de 8 a 13 de Julho. Cerca de 800 participantes, muitos deles de países africanos recém-chegados à independência, debateram assuntos de muito interesse, agrupados em 5 secções: idosos, casos “desesperados”, problemas da adolescência, saúde mental, papel do médico nos novos países independentes. Destaque especial para o problema dos idosos, em que o Dr. Santana Carlos apresentou um muito elogiado trabalho, chamando a atenção para a progressiva importância e peso nos serviços de saúde da população com mais de 65 anos – que nessa altura tinha subido de 4 para 9%, o que era considerado preocupante; o que diriam hoje os congressistas, quando essa percentagem quase duplicou e vai continuar a aumentar?

Uma breve nota sobre a abertura dos trabalhos do Concílio Vaticano II, repleta de esperança e de fé no poder do Espírito, assinala o evento. Como diz – e bem – Paiva Boléo, o Concílio mostrará que a Igreja não é um museu, antes representa uma manifestação da sua vida, uma epifania e uma possibilidade de renovação. Tudo isto foi, de facto, o Concílio; ao celebrarmos o seu cinquentenário, no âmbito do Ano da Fé, cabe-nos completar a renovação.

*Walter Osswald*

## ACÇÃO MÉDICA

ANO LXXVI, Nº 3, Setembro 2012

### RESUMOS

**ABERTURA: Aspectos de uma crise anunciada - J. BOLÉO-TOMÉ ..... 5**

Robert Schuman, o Ministro francês dos Negócios Estrangeiros no período imediato à II Guerra Mundial sonhou um caminho novo para a Europa com o objectivo de se constituir uma comunidade de povos e de nações unidos pela história e por uma comum concepção do homem e da sociedade. O internacionalismo financeiro, económico e ideológico sobrepôs-se ao culto dos valores que fizeram grandes nações pequenas. O aumento desmedido do consumo nas economias mais débeis, o relativismo moral, a quimera dos direitos sem deveres estão a transformar o mais belo sonho europeu num terrível pesadelo.

**Resposta da Saúde Pública à crise económica e social – António TAVARES 7**

A crise económica em curso irá conduzir a um agravamento das condições de vida da população portuguesa. Caracteriza-se a situação actual nas suas várias dimensões - sociais, económicas, institucionais e psicológicas - e salientam-se as suas condições de agravamento pelas repercussões negativas do desenvolvimento da crise nos domínios da saúde pessoal e comunitária, sobretudo com repercussões nas camadas mais pobres. Dá-se realce às possibilidades de resposta por parte das instituições de Saúde Pública.

**A crise actual, uma crise de valores: a resposta do cristianismo – Cassiano REIMÃO ..... 29**

A civilização do desejo preconiza o incitamento perpétuo à multiplicação indefinida das necessidades. O capitalismo de consumo assumiu a liderança das economias de produção instituindo o consumo emocional como uma experiência íntima onde os prazeres materiais geram uma manifesta insatisfação existencial e a consequente impossibilidade de pensar o sentido da totalidade. A libertação moral dos homens baseada unicamente na razão e desligada da esfera metafísica não se concretizou no positivismo científico. É urgente a procura de uma antropologia e de uma ética abertas à renovação e à esperança. A solidão do homem contemporâneo exige a resposta da dimensão religiosa enquanto portadora de uma “boa nova”.

**Uma resposta com história: Casa de Santo António – Maria FURTADO ... 42**

A Casa de Protecção e Amparo de Santo António é uma IPSS fundada em 1931 com a missão de apoiar a causa da maternidade desprotegida. Foi fundada por uma equipa de voluntários para apoiar as mulheres que, após darem à luz, não tinham qualquer apoio. De 1945 a 1998 a obra contou com a ajuda de uma Congregação de Irmãs. Presta apoio de educação profissional às mães, engloba uma creche e um jardim de infância.

**Crise, vida humana e dignidade – Ivanaldo SANTOS e Thácio SIQUEIRA ... 45**

O Jornalista da agência Zenit entrevista o Prof. Ivanaldo Santos, um filósofo brasileiro bem conhecido internacionalmente, com numerosos trabalhos publicados sobretudo de análise social. A entrevista refere-se à natureza e à dignidade da vida humana que em muitas sociedades contemporâneas tem sido instrumentalizada em favor de interesses duvidosos frequentemente dominantes.

**Crise e economia na Europa – Carmine TABARRO ..... 50**

A economia de mercado coloca entre os seus objectivos a capacidade de competir e cooperar com vista ao bem comum. A boa competição tem um papel importante nas sociedades contemporâneas. Porém, o modelo dominante do capitalismo financeiro na crise actual utiliza somente a má competição na qual o mais forte esmaga e destrói o mais fraco. Da mesma forma a cultura estatista produz outra forma de má competição: a ausência de competição entre os agentes que leva a dinâmicas depressivas e de nivelamento rumo à mediocridade e à ineficiência. Propõem-se casos concretos para ilustrar estas afirmações.

**TEMAS ACTUAIS****Aborto: quem semeia ventos... – Pedro Vaz PATTO ..... 57**

Desde há vários anos se vem alertando para os abortos provocados em embriões do sexo feminino. Um título da revista *The Economist* refere-se a uma guerra de dimensão mundial contra as meninas bebés. O aborto, muitas vezes apresentado como um direito essencial à emancipação das mulheres, acaba por ser um instrumento objectivo de ancestrais preconceitos contra a sua dignidade. O aborto lesa, de maneira particular, o direito à vida de seres humanos do sexo feminino, apenas por serem do sexo feminino.

**O fundamentalismo ateu – Ives Gandra MARTINS ..... 60**

O autor, professor e prestigiado jurista brasileiro e professor catedrático da Universidade do Minho, comenta a expressão em epígrafe confessando a sua surpresa com as atitudes dos que, não aceitando Deus, sentem necessidade de atacar sistematicamente os que acreditam nos valores das

religiões que deram forma às grandes civilizações. Termina afirmando que estas atitudes só não se assemelham às dos “fundamentalistas” do Próximo Oriente porque não há terroristas entre eles.

**Liberdade e laicismo. A questão da cruz** – Joseph WEILER, António MARUJO ..... 63

Um jornalista português entrevista um professor da Universidade Católica Portuguesa, judeu convicto, especialista em Direito Constitucional, que defendera junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem o direito da Itália ter crucifixos nas escolas e da França os não ter. Os seus argumentos alteraram a opinião dos juizes no sentido que os símbolos de cada país se devam exprimir livremente desde que se pratiquem o pluralismo e a tolerância como expressões de liberdade.

**Prostituição: utopia ou ousadia?** – Pedro Vaz PATTO ..... 72

É discutida uma proposta apresentada em França para proibição da prostituição, seguindo o exemplo sueco. As correntes de opinião contrárias dizem fazê-lo em nome da liberdade de escolha

## NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS

1. **O aborto provocado em gravidezes de risco:** Notícia e resumo de uma tese de doutoramento apresentada pelo Dr. Miguel Cabral, médico e sacerdote. .... 77
2. **Direitos humanos e fundamentalismo:** Notícia sobre a rede «Nova Geração Europeia» onde se reúnem jovens muçulmanos na Europa, que lutam contra o extremismo. .... 79
3. **Cristianismo nas origens – novos dados:** Foram descobertos 70 livros de bronze numa gruta da Jordânia, correspondendo ao século I da era cristã. Dá-se notícia do conteúdo encontrado. .... 83
4. **«Acção Médica» há 50 anos.** .... 89

## **NOVOS ASSOCIADOS**

Foram admitidos como novos associados:

- ✓ Dra. Maria Dulce Reis Gonçalves Elvas Quadrado | GUARDA
- ✓ Patricia Isabel Pereira Amaral | OEIRAS